

revista **bem**
CUIDAR

**EDUCAÇÃO
PARA A VIDA**
ESTUDANTES DÃO
AULA DE POLÍTICA

**GENOCÍDIO
INDÍGENA**
ONDE ESTÃO
OS DIREITOS?

**ESPECIAL
PATERNIDADE**

UMA REVOLUÇÃO
CULTURAL
E DOS AFETOS



ALDEIAS
INFANTIS SOS
BRASIL



Para eles a felicidade
não é a casa. É ter um lar.



A Aldeias Infantis SOS chegou ao Brasil em 1967 e está presente em 12 estados e no Distrito Federal. Nestes quase 50 anos, mais de 120 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social já participaram de nossos projetos. Atuamos em três áreas: no acolhimento institucional e familiar, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Torne-se um Amigo SOS. Com uma pequena quantia mensal, milhares de crianças são beneficiadas – o recurso é usado na compra de equipamentos, alimentos, material escolar e roupas. E a transparência é completa. **Seja um Padrinho Corporativo.** Com doações mensais a partir de R\$ 150,00, sua empresa fará parte do Projeto Padrinho Corporativo e ajudará a manter e ampliar o atendimento direto a mais de 10 mil crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. E além da gratidão, você ou sua empresa recebem relatórios completos sobre nossas atividades e dos recursos doados. Governança e transparência, aqui, são levadas a sério.



f /aldeias.brasil @aldeiasinfantis /aldeiasinfantissosbr

0800 777 0123 | aldeiasinfantis.org.br

SUMÁRIO

Especial Paternidade
O pai importa!
16



Artigo Master
Uma Revolução
dos Afetos
10



Debates:
Genocídio
Indígena
40



Pauta Infância
Objetivos
do Desenvolvimento
Sustentável
48



Educação para a Vida
Aula de Política
56



Cultura de Doação:
Meritocracia Budista
60

PATERNIDADE, UM ASSUNTO DE TODOS E TODAS

NESTA EDIÇÃO da *Revista Bem Cuidar*, escolhemos como tema principal a paternidade. Mas por que este assunto? Há questões que só por serem feitas já justificam sua relevância e pertinência histórica de existir. Falar sobre paternidade é descrever um assunto ainda estranho, porque traz uma perspectiva nova diante de um velho paradigma.

A *Revista Bem Cuidar*, baseada em sua missão de desenvolver temáticas que envolvam a questão do cuidado, como condição intrínseca da existência humana, apresenta uma reflexão que envolve desde o olhar histórico sobre a figura do ser homem, questionada também a partir de uma perspectiva da psicologia, além de outras áreas de análise, que desembocam no conceito contemporâneo de paternidade.

Numa sociedade de tantas desigualdades no campo econômico, social e político, é evidente que a questão de gênero tem um peso de reflexão ainda maior. Homens e mulheres são configurados em suas relações de forma desigual. A mulher ainda carrega o acúmulo de ser identificada culturalmente como responsável pelo cuidado diário de crianças e adolescentes, enquanto o homem, figura como provedor do lar. Esta lógica demarcou características no campo do trabalho — mulheres ainda recebem menos que os homens —, no campo da sociedade — mulher é aquele que existe para gerar e cuidar de seus filhos. Há evidências gigantescas de homens que “abandonam” sua tarefa de cuidar e abandonam as mulheres e crianças neste ciclo de responsabilidade materna e filial.

Portanto, falar de paternidade é falar de uma revolução das percepções e das relações. É a condição a priori de responsabilizar-se pelo cuidado e desenvolvimento integral da criança e do adolescente na superação das dicotomias culturais, sociais e políticas do ser homem nesta sociedade. É um ato afirmativo que responde de modo prático e existencial a grande crítica dos movimentos feministas e de direitos humanos.

Nesta edição queremos aproveitar este tema que vem sendo apresentado em rodas de discussões e seminários, até mesmo no campo do legislativo com propostas de licença da paternidade, como um ensaio de uma discussão fundamental para a construção de um mundo menos machista, funcionalista, preconceituoso, dicotômico e injusto. Isto não é assunto de homens, isto é tema que tem a ver com enfoque de gênero e perspectiva crítica da história, que se apresenta e se modifica mediante nosso processo de pensar e agir num contexto de tantos machismos, processos e estágios de violência que demonstram os dados e fatos.

Boa leitura!

VOCÊ SABIA?

POR ESTHER ARANTES

EM RELAÇÃO AO TEMA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL, OS PARLAMENTARES, ASSIM COMO A OPINIÃO PÚBLICA, ENCONTRAM-SE DIVIDIDOS EM TRÊS GRUPOS. O PRIMEIRO É FORMADO PELOS QUE DEFENDEM A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL, ARGUMENTANDO QUE OS ADOLESCENTES QUE TIVEREM DISCERNIMENTO SOBRE O CARÁTER LESIVO DE SEUS ATOS DEVEM SER JULGADOS E PUNIDOS COMO ADULTOS. DENTRE ESTE GRUPO ENCONTRAM-SE OPINIÕES MAIS RADICALIZADAS, COMO A DE UM CERTO DEPUTADO, QUE AFIRMOU QUE NO FUTURO “SERÁ POSSÍVEL DETERMINAR SE UM BEBÊ, AINDA NO ÚTERO, TEM TENDÊNCIAS À CRIMINALIDADE, E SE SIM, A MÃE NÃO TERÁ PERMISSÃO PARA DAR À LUZ”.

DO SEGUNDO GRUPO FAZEM PARTE AQUELES QUE ACREDITAM QUE NÃO SE DEVE REDUZIR A MAIORIDADE PENAL E, SIM, MODIFICAR O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, APONTANDO O TEMPO MÁXIMO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE PERMITIDO PELO ESTATUTO COMO SENDO INSUFICIENTE. NESTE GRUPO ESTÃO BOA PARTE DOS SENADORES, PARA QUEM, ALTERAR O ESTATUTO É MAIS EFICIENTE DO QUE REDUZIR A MAIORIDADE PENAL.

O TERCEIRO GRUPO, CONTRÁRIO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL E AO AUMENTO DO PERÍODO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, NO QUAL NOS INCLUÍMOS, ACREDITA QUE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL AGRAVARÁ OS PROBLEMAS QUE SE QUER COMBATER, NÃO SENDO OS ADOLESCENTES OS RESPONSÁVEIS PELA CHAMADA VIOLÊNCIA NO PAÍS. ACREDITA QUE O AGRAVAMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO PENALIZARÁ DEMASIADAMENTE OS JOVENS NEGROS E POBRES, DADO A RECONHECIDA E EVIDENTE SELETIVIDADE DO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

ESTHER ARANTES

Doutora em Educação Humanística e do Comportamento pela Boston University (1981), com pós-doutorado pela UFRJ, a psicóloga Esther Arantes já foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Além de desenvolver estudos e pesquisas na área da infância e adolescência, com ênfase nas Políticas Públicas, História e Direitos Humanos.



MARCOS NASCIMENTO

Psicólogo, doutor em Saúde Coletiva e pesquisador em gênero e sexualidade, ele tem se dedicado há mais de 20 anos a trabalhos com homens e relações de gênero, no campo da intervenção, pesquisa e políticas públicas no Brasil e na América Latina. Atualmente, é pesquisador do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz.



OTHO GARBERS

Artista Visual, desenvolve sua pesquisa poética principalmente nas linguagens da gravura, desenho e pintura digital. É atualmente Gestor da Frente de Design e Desenvolvimento Web da Associação Cidade Escola Aprendiz, atuando também como ilustrador, designer e web developer freelancer para diversos segmentos do mercado. Pai de primeira viagem há um ano e 11 meses.

EXPEDIENTE

COORDENADOR GERAL: **Fabio Paes**

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO: **Larissa Ocampos-MTB 64361SP**

PROJETO EDITORIAL: **Rodrigo Zavala-MTB 49414 SP**

EDITOR-CHEFE: **Rodrigo Zavala-MTB 49414 SP**

PROJETO GRÁFICO: **Renato Marcondes**

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO: **Renato Marcondes**

CONSELHO EDITORIAL: **Sandra Greco da Fonseca, Aguinaldo Campos,**

Fabio Paes, Rodrigo Zavala

IMPRESSÃO: **Centro Gráfica**

TIRAGEM: **5.000 exemplares**

AGRADECIMENTOS: **Ariadyne Acunha, Eduardo Diório, Everton Borges, Everton Silva, Katia Gama, Márcio Bonfá, Marcos Nascimento, Mídia Ninja, Funai, Yara Andrade.**

REALIZAÇÃO: **Aldeias Infantis SOS Brasil**



ENTRE EM CONTATO

bemcuidar@aldeiasinfantis.org.br
Rua José Antônio Coelho, 400 – Vila Mariana
São Paulo/SP CEP 04011-061
Brasil
Tel +55 (11) 5573-1533

DIRETOR-PRESIDENTE:

Paulo G. De Castro Junior

GESTORA-NACIONAL:

Sandra Greco da Fonseca

CARTA ao LEITOR

A segunda edição da **Revista Bem Cuidar** encontra em suas reportagens e artigos aderência a iniciativas inovadoras que estão ligadas diretamente à causa do cuidado de qualidade como direito fundamental, em sintonia com a defesa de uma sociedade que garanta esse direito.

Quando falamos em nosso especial sobre Paternidade que existe um claro impacto positivo do envolvimento do homem no cuidado para a vida de crianças, entrevistamos profissionais que nos mostra como seus trabalhos, apoiando os novos pais, pode ser transformador.

A escolha editorial, por espaço e tema, é sempre um desafio pela diversidade do tema cuidar. Mas nossa missão de trazer uma discussão política, objetiva e didática, sobre o universo do cuidado integral, sempre encontrará coro nas vozes de quem pensa sobre a participação e incidência pública do brasileiro por um Brasil melhor.



PAULO G DE CASTRO JUNIOR
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR
ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL



PATERNIDADE: UMA REVOLUÇÃO DOS AFETOS

POR DANIEL LIMA FOTO MÍDIA NINJA

O DEBATE em torno da questão da paternidade vem ocupando espaço em diferentes setores da sociedade nos últimos anos. Na maioria das vezes, o foco das discussões recai sobre as repercussões positivas ou negativas dos pais para a vida de crianças e mães.

Acredito que ninguém duvide que um pai presente, carinhoso e que divide as tarefas de cuidado com a sua parceira ou com a mãe da criança contribui tanto para o bem-estar delas quanto para a construção de uma sociedade com mais igualdade de gênero. Mas se e se formos

um pouco além e focarmos a nossa atenção nos possíveis significados da paternidade para os homens?

Para engatinharmos em direção à esta reflexão, precisamos pensar sobre patriarcado, machismo, heteronormatividade e como a nossa cultura continua reforçando papéis estereotipados para mulheres e homens e delegando injustamente poderes e privilégios para estes.

Se partirmos do princípio que os homens e as masculinidades são socialmente e culturalmente construídas, há uma grande relação com o fato de nossa sociedade encarar com naturalidade um homem espancando outro homem e com estranhamento (e até repulsa) um homem

“A PATERNIDADE PODE REPRESENTAR, PARA NÓS HOMENS, UMA REVOLUÇÃO DOS AFETOS, UMA INTRODUÇÃO OU UM APROFUNDAMENTO EM DIREÇÃO À SENSIBILIDADE, DELICADEZA E CUIDADO.”

que ama outro homem ou que cuida da casa e das crianças enquanto a sua parceira trabalha.

As mulheres vêm de uma longa trajetória de mobilização por direitos, liderada por diferentes movimentos feministas, que resultou em uma verdadeira revolução cultural e de costumes. O interessante é perceber que esta revolução tão importante se deu e se dá, em boa parte, para a rua, ou seja, para os espaços políticos, para o trabalho fora da casa ou para a educação formal, não traduzindo-se necessariamente para as relações íntimas.

Hoje percebe-se que mesmo com passos ainda tímidos, muitos homens têm esboçado uma similar revolução, sendo que, no caso deles, esta tem sido para “dentro”, para convivências familiares mais equitativas e harmoniosas e também para o reconhecimento de que eles podem se expressar de forma sensível e delicada, rejeitando qualquer tipo de violência e vivenciando suas emoções e afetos livremente. É aqui que a paternidade, historicamente marcada por diversas imagens negativas e ligadas à manutenção de regras e normas, surge com grande potencial transformador.

À medida em que nos envolvemos de forma plena e afetuosamente com a gestação e com o parto de nossas parceiras ou com a adoção de uma criança e olhamos para este momento como muito mais do que

um desafio à nossa capacidade de fazer dinheiro, damos um passo em direção a uma masculinidade menos árida e rígida. Esta paternidade ‘plena’, que implica desde a decisão conjunta de ter filhos, até as consultas de pré-natal, o acompanhamento do parto e todos os afazeres e prazeres posteriores relacionados à criação das crianças, pode ser a faísca necessária para uma profunda reflexão e, conseqüente, mudança em relação às formas que expressamos a nossa masculinidade.

A paternidade pode representar, para nós homens, uma revolução dos afetos, uma introdução ou um aprofundamento em direção à sensibilidade, delicadeza e cuidado, algo que, aos poucos, pode transbordar para todas as nossas relações. No entanto, para que essa revolução ocorra, não basta a ação de indivíduos, é preciso pressionar por políticas que valorizem o envolvimento dos homens com a paternidade, começando pela ampliação da licença-paternidade dos absurdos cinco dias atuais, para no mínimo um mês. Enquanto isso não for feito, as mulheres continuarão sendo cristalizadas no lugar de cuidadoras e este continuará sendo um ‘não lugar’ para os homens.

Felizmente, em um campo onde ainda luta-se para conseguir avanços tímidos, há boas notícias vindas do Planalto Central. Projetos de Lei em trâmite na Câmara Federal podem melhorar o ambiente legal para as reivindicações que esperamos. Como, por exemplo, aquele que bus-

ca traçar diretrizes para as políticas públicas para a Primeira Infância (período entre o início da gestação até o sexto ano de vida), determinando ações específicas para tal fim.

Dentre as importantes ações propostas está a ampliação da Licença-Paternidade e a defesa do direito do pai de não comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar a gestante às consultas de pré-natal e pediátricas. Infelizmente, já se organiza um forte movimento contra estas medidas, com o argumento de que as mesmas afetarão negativamente os empregos e a economia.

O problema dessa leitura fria dos números é que ela é totalmente rasa e míope, não levando em conta que, dentre outras coisas, o envolvimento comprometido e afetuoso dos

de. Por exemplo, a Coordenação Nacional de Saúde dos Homens, do Ministério da Saúde têm reforçado a importância do envolvimento dos homens com todas as etapas da gestação e com o cuidado e desenvolvimento das crianças.

Em uma tentativa de sensibilizar homens, mulheres e profissionais de saúde sobre o tema e seu impacto para a igualdade de gênero, o Ministério tem desenvolvido a campanha “Pai Presente: cuidado e compromisso” há mais de um ano, mostrando que pré-natal, parto e pós-parto também são coisas de homem!

Passadas quase duas décadas de debates e ações sobre gênero, masculinidades e paternidade no Brasil, está mais do que na hora de todos e todas notarmos a importância social deste tema. No que diz respeito a nós, homens, acredito firmemente que neste bom caminho da paternidade, além da felicidade de quem nos

“PARA QUE ESSA REVOLUÇÃO OCORRA, NÃO BASTA A AÇÃO DE INDIVÍDUOS, É PRECISO PRESSIONAR POR POLÍTICAS QUE VALORIZEM O ENVOLVIMENTO DOS HOMENS COM A PATERNIDADE”

pais com a gestação e com seus(uas) filhos(as) pode resultar em: uma gestação e parto mais seguros; fortalecimento da amamentação; menores índices de estresse e depressão das mães; uma maior rede de amparo e desenvolvimento mais saudável das crianças; a divisão de todas as tarefas de cuidado e afazeres domésticos entre pais e mães.

Diversas pesquisas nacionais e internacionais têm confirmado tais impactos e ressaltado a importância deles para o empoderamento das mulheres, para a redução da desigualdade de gênero e para o bem-estar de mulheres, crianças e homens.

Agora me digam, qual o impacto financeiro da desigualdade de gênero para a economia brasileira? Diversos setores governamentais e não-governamentais têm reconhecido e atuado com esta visão mais ampla sobre a paternida-

de, podemos enfim chegar, como diz Pepeu Gomes, à conclusão de que ser um homem “feminino” não fere o nosso lado “masculino”.

Podemos ir além, reconhecendo que mais do que não ferir, isto pode nos melhorar como homens, já que como certamente cantou Mano Brown, “Do que adianta eu ser durão se o coração é vulnerável?”. O grande Gilberto Gil nos provocou a não mais viver a ilusão de que ser homem bastaria, que o mundo masculino tudo nos daria. Quem sabe, finalmente, com todos esses passos dados, nos permitiremos, como Gonzaguinha, desejar colo, palavras amenas, carinho, ternura e receber um abraço da própria candura. *bc*

DANIEL COSTA LIMA É PSICÓLOGO, MESTRE EM SAÚDE PÚBLICA, CONSULTOR E ATIVISTA NO CAMPO DE GÊNERO, MASCULINIDADES, SAÚDE DOS HOMENS E PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO.

**eu
APOIO**



“ SER CRIANÇA OU ADOLESCENTE É ESTAR NO PERÍODO DA VIDA EM QUE TODAS AS COISAS AO SEU REDOR TEM MAIOR SABOR, INTENSIDADE, IMPORTÂNCIA. GESTOS PODEM DEIXAR MARCAS PODEROSAS PARA TODA UMA VIDA, PARA O BEM E PARA O MAL. PARA UMA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA MAIS VULNERÁVEIS, O OLHAR ATENTO, O DIÁLOGO E O RESPEITO À DIFERENÇA SÃO CHAVE. POR ISSO EU APOIO O DIREITO A UM CUIDADO DE QUALIDADE. ”

CLAUDIA VIDIGAL, PRESIDENTE DO INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA

DIÁLOGOS DO CUIDAR

BRASIS

CONSELHOS POPULARES,
UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

EM 1988, a Constituição “cidadã” indicou os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cuja regulamentação coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe várias mudanças, entre elas, a criação dos Conselhos Tutelares (CT). O CT chega à primeira eleição nacional, dando visibilidade e mobilizando a população na defesa do ECA, mas o processo trouxe também a omissão e prática da velha política.

O movimento da infância colaborou na constituição e no Estatuto. O ECA traz a democracia participativa através dos Conselhos de Direito e Tutelar, que buscam fortalecer os princípios constitucionais da descentralização político-administrativa na consolidação da proteção integral infanto-juvenil. O Conselho Tutelar, consegui conquistas que fortalece o órgão. A eleição unificada para CT, que trouxe desafios para o Sistema de Garantias de Direitos (SGD), constatou fragilidade nesse processo, “certo” aparelhamento da escolha por setores estranhos ao dia a dia do SGD.

As eleições ocorrerão com limitações e os desafios são enormes: conseguir realizar eleições nacionais que fortaleçam a pauta da infância e a adolescência, tal como da democracia participativa, coibindo os infratores da festa democrática da infância e adolescência, a escolha dos conselheiros tutelares no Brasil.



MARCO ANTONIO DA SILVA SOUZA, MARKINHOS É CIENTISTA SOCIAL, COORDENADOR GERAL DO PROJETO MENINOS MENINAS DE RUA, SECRETARIO GERAL DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA E CONSELHEIRO DO CONANDA.

américa Latina

ODS

OS OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em agosto de 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas, representam um novo marco global e um claro indicativo para os Estados avançarem em uma agenda pelo desenvolvimento dos países até o ano de 2030.

Simbolizam o caminho para alcançarmos as mudanças em políticas públicas e, para as organizações sociais, se transformam em um marco externo que aponta para mais investimentos das ações programáticas às de incidência pública. Temos um claro papel frente aos ODS: de apoio, mas também monitoramento e controle com o Estado, como membros da sociedade civil para fazer desta agenda, uma realidade.

Estamos sumamente comprometidos em alcançar a proteção social para as crianças, famílias e comunidades com as quais trabalhamos. Vamos advogar e buscar respostas programáticas, que apontem para melhores oportunidades em educação e saúde de qualidade para cada criança, adolescente e jovem, que permitam alcançar o máximo de seu potencial, trabalho digno, combate à violência, prevenção da separação de suas famílias. Enfim, trabalhar com a proteção e o cuidado, sob o enfoque dos direitos.

Todos temos um papel e é necessário que sejamos um movimento comprometido e unido para alcançar esses Objetivos juntos!



NADIA GARRIDO É DIRETORA DE PROGRAMAS DA ALDEIAS INFANTIS SOS INTERNACIONAL, DO ESCRITÓRIO PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

OLHAR INTERESSADO

A CASA, OS HOMENS E AS MULHERES

COMO SERIA uma casa onde os homens, junto com as mulheres e as crianças, meninos e meninas, decidissem sobre ela? Onde a arte de cuidar do ninho não fosse mais restrita às mulheres adultas, mas fosse um projeto coletivo, de co-criação e co-aprendizagem...

Seria um lar. Porque lar é um lugar acolhedor, macio, gostoso. Um lugar onde sempre cabe mais um, onde todo mundo quer ir, quer voltar. Pode ser pequeno ou grande, no centro ou na periferia, na cidade ou no campo. Porque lar é aquilo que resulta afetividade e acolhimento, onde se aprende com os mais velhos mas também com os pequenos,

A história colocou os homens não só nos píncaros da glória como no alto das escadas, trocando lâmpadas, consertando vazamentos. Para eles foi outorgado o prover e para nós mulheres o cuidar. Para eles a razão, para elas a emoção. Isso não funciona. Queremos todos e todas pensar e fazer, prover e sentir, cuidar das coisas e das pessoas. Tudo junto e misturado!

Um dos campos de inversão das tendências é o da legislação. Sim! Muito tem que ser feito no que se refere às leis que regem a relação da paternidade com a infância e com todos os papéis e responsabilidades em torno desta relação. Mas tem outro campo, bem ao alcance de nossas mãos, onde estão à nossa espera mudanças de concepção e atitudes mínimas, minúsculas, que podem abrir espaço para que estes homens-pais, com ou sem filhos, possam estar ombreados com as mulheres.

Mas...será que nós mulheres estamos preparadas para este lado-a-lado? Ou no quesito cuidar ainda nos achamos mais preparadas que eles?



BEATRIZ GOULART É ARQUITETA-URBANISTA-PESQUISADORA-EDUCADORA-CUIDADORA-ATIVISTA.

PEDAGOGIA DO COTIDIANO

VULNERABILIDADE E ACOLHIMENTO

AS OCUPAÇÕES das escolas apresentam um processo didático oferecido pelos alunos secundaristas, quando debateram a situação política em que viviam naquele momento de reorganização escolar. Constrangeram o governo e o judiciário, que tiveram que apontar soluções frente ao direito de dialogar, e exigiram a socialização do processo de construção do projeto político para educação.

Desde o movimento de junho de 2013, um movimento organizado não demonstrava uma força revolucionária e de mudança nos cenários e espaços políticos instituídos. O que isto tem a ver com o cuidado? Cuidar é uma forma de manter vínculos para a garantia da vida como um todo.

Cuidemos destes espaços apresentados como repostas fundamentais para um nova forma de ser e agir enquanto sujeitos políticos. Conectar as ruas, escolas e praças com aquilo que chamamos hoje de representação política. A partir das postagens nas mídias sociais que divulgavam a seguinte campanha: “Aprendamos a fazer política como os meninos e meninas de São Paulo”.

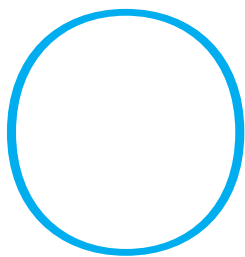


ROMUALDO DIAS É EDUCADOR POPULAR, DOUTOR EM FILOSOFIA E CONSULTOR EM EDUCAÇÃO DAS ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL.

O PAI IMPORTA

NUNCA SE FALOU TANTO EM PATERNIDADE NO BRASIL. EMBORA O TEMA NÃO TENHA ENTRADO NA AGENDA PÚBLICA (AINDA), GOVERNO, GESTORES PÚBLICOS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COMUNIDADES E HOMENS, COM O ÚNICO PRAZER DE COMPARTILHAR A EXPERIÊNCIA MARAVILHOSA DE TER FILHOS, TÊM DESPERTADO PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES POR TODO O BRASIL SOBRE O IMPACTO POSITIVO DO ENVOLVIMENTO DO HOMEM NO CUIDADO.

POR RODRIGO ZAVALA FOTOS BETO PÊGO / ARQUIVO PROMUNDO



O QUE É SER PAI? É aquele que acerta quando não coloca a fralda na cabeça do bebê? Não! Ter responsabilidade financeira ou ser o “chefe de família”? Não! Paternidade se traduz em homens, e suas parceiras ou parceiros, no exercício do cuidado, assim como na saúde materno-infantil e inclusão de formas de autocuidado masculino. É participar do cuidado diário dos filhos, nas tarefas domésticas, com corresponsabilidade e no desenvolvimento da felicidade de quem nasceu.

Em dados empíricos, este palavrão para dizer que informações se baseiam em fatos, quando o pai se envolve pré, durante e pós gestação, há um impacto positivo, não apenas na vida da criança (incluindo, aí, adultos melhores), como na saúde da mulher, violência doméstica e saúde do homem.

PESQUISAS

Resultado das transformações que a configuração familiar sofreu ao longo dos tempos, a figura e o papel do pai se encontram hoje em processo de transição. E, nesse sentido, a paternidade e o cuidado importam, como mostram um crescente número de levantamentos de diversas fontes.

Um dos mais evidenciados, aqui no Brasil, é “A Situação da Paternidade no Mundo”, coordenado e desenvolvido pela organização não-governamental Promundo, como parte da plataforma de advocacy da campanha global MenCare. Lançado em junho de 2015, o relatório, com

base em pesquisas feitas em vários países, incluindo o Brasil, apresenta um panorama das contribuições dos homens na paternidade e no cuidado.

O documento é dividido em quatro questões: trabalho não remunerado em casa; saúde sexual e direitos reprodutivos, e saúde materna, neonatal e infantil; envolvimento dos homens no cuidado e violência contra crianças e mulheres; e desenvolvimento infantil. Mas a conclusão é: maior participação do pai na criação e no cuidado com os filhos influencia tanto na vida da criança quanto na da mulher e do próprio homem

No geral, em todos os países pesquisados, os pais afirmam querer se envolver mais na vida dos filhos, variando de 61% na Croácia a 77% no Chile. Porém, é preciso analisar com atenção os dados. Embora as mulheres representem 40% da força de trabalho atual no mundo, elas continuam realizando de dois a 10 vezes mais trabalhos domésticos e de cuidados do que os homens.

Por outro lado, aponta o estudo, ao compartilhar a responsabilidade pelo cuidado e trabalho doméstico, os homens acabam apoiando a participação das mulheres no mercado de trabalho, a igualdade de gênero e as incentivam a buscarem os serviços de saúde materna e neonatal.

A situação é transmitida por meio de gerações, contribuindo para que meninos aceitem a igualdade de gênero e as meninas se tornem mais autônomas. Isto é, filhas de pais que compartilham tarefas domésticas são mais propensas a buscarem trabalhos menos tradicionais e com salários mais elevados, e os meninos

ficam mais propensos a se envolverem no trabalho doméstico e no cuidado, quando adultos.

O documento também afirma que o envolvimento dos pais na criação dos filhos transcende o benefício para a criança e a parceira ou parceiro. A tarefa do cuidado é uma de suas fontes mais importantes de bem-estar e felicidade, sendo que estes pais vivem mais, têm menos problemas de saúde e são mais produtivos no trabalho.

Outra pesquisa reveladora vem do LinkedIn, a rede profissional online. De acordo com a pesquisa global que a empresa fez, os pais param de aconselhar profissionalmente os filhos quando eles conseguem o primeiro emprego. Essa foi a afirmação de 69% dos profissionais entrevistados. Porém 64% deles gostariam que os pais continuassem a orientá-los.

Foi possível também apontar um tipo de paternidade desejada pelos filhos, os pais “Orientadores”. Esse conceito inspira os pais que permanecem incentivando e aconselhando sem serem dominadores e até ajudando em soluções no ambiente de trabalho. Não por acaso, o cuidado se mostra importante para muito além da infância.

NO BRASIL

A pesquisa da Promundo mostra que crianças, mulheres e homens se beneficiam quando pais usufruíram da licença-paternidade. Daí, questões de cunho jurídico e legal aparecem também como grande obstáculo para o envolvimento paterno no Brasil. E o direito, que há 25 anos se mantém em apenas cinco dias no país, é exemplo disso.

Atualmente, transitam no Congresso Nacional cerca de 21 Projetos de Lei para regulamentar o direito na Federação. Dos 27 estados brasileiros, 13 já ampliaram a licença-paternidade: 30 dias (São Paulo), 15 dias (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do



Sul e Santa Catarina), 10 dias (Pará), 8 dias (Roraima); e 7 dias (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul). Nos demais seguem em tramitação ou simplesmente o tema é ignorado.

No que diz respeito aos custos econômicos, um recente estudo da USP (2015) sobre a projeção de despesas para a ampliação da licença mostrou que o gasto giraria em torno de R\$ 4,9 e 100 milhões de reais/ano, o que representa 0,009% da arrecadação federal. Entretanto, para que a licença-paternidade possa ser ampliada é importante que diferentes atores sejam envolvidos: os/as [futuros] pais e mães, as empresas em que trabalham, suas comunidades e todas as esferas de governo.

O País está em 77º lugar no ranking da organização social Save the Children, “Os Melhores Países para ser Mãe”, divulgado em maio de 2015, atrás de países latino-americanos como Argentina (36º), Cuba (40º), Chile (48º), Uruguai (56º), Equador (61º), Venezuela (74º) e Colômbia (75º). Pior: nações marcadas por conflitos ou agitações sociais como Ucrânia (69º) e Turquia (65º) também se saíram melhor no ranking que o Brasil.

Baseada em fatos, a revista inglesa The Economist, uma bíblia para profissionais de economia e mercado, defendeu abertamente a licença-paternidade, pois, como os editores taxaram, em maio de 2015: “tem impactos positivos na família inteira, pois gera pais mais participativos, crianças com melhor desempenho na escola e mães com maiores chances de sucesso em suas carreiras”. Na Dinamarca, por exemplo, pai e mãe têm 32 semanas de licença compartilhada. O resultado disso é que lá 77% dos pais brincam com seus filhos.



E o que dizem nossas políticas públicas. “Nós temos a licença-paternidade de cinco dias e a maternidade de 120, podendo ser prorrogado para 180 dias. Isso significa que mandamos uma mensagem para a nossa sociedade que o homem não tem lugar no cuidado. Quem é que cria conexão emocional em cinco dias?”, questiona o Coordenador Executivo da Promundo, Marco Aurélio Martins.

Mas, segundo ele, não se trata apenas de ampliar a licença para os pais, pois os homens não estão envolvidos no cuidado. “Precisamos criar também um espaço para que os homens possam aprender que eles também fazem parte do cuidado. A gente está falando de mudança de cultura.”

Se a licença-paternidade já é um desafio, a Lei do Acompanhante (Lei Nº 11.108, de 2005), depois de uma década, continua sendo desrespeitada por diversas instituições e profissionais de saúde, ilustrando a ausência de reconhecimento da importância do papel do pai, além da omissão clara a um direito fundamental da gestante.

PLANO

Embora o cenário pareça estéril, proliferam experiências bem-sucedidas vindas da sociedade civil

organizada, governo, academia e de pais preocupados, que têm contribuído para o debate em todo o Brasil. Por seu caráter inovador e escalabilidade, é preciso falar da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH), instituída pela Portaria nº 1.944, do Ministério da Saúde, em 2009.

O Plano tem como diretriz promover ações de saúde que contribuam trabalho com a população masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e tipos de gestão de Estados e Municípios.

Para atingir o seu objetivo, a Coordenação Nacional de Saúde dos

Homens (CNSH), que implementa o PNAISH, se desenvolve a partir de cinco eixos temáticos, entre eles a Paternidade e o Cuidado, cujo propósito é: “sensibilizar gestores, profissionais de saúde e a população em geral sobre os benefícios do envolvimento ativo dos homens com em todas as fases da gestação e nas ações de cuidado com seus filhos, destacando como esta participação pode trazer saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre crianças, homens e suas(eus) parceiras(os)”.

No entanto, para especialistas da área, como Marco Aurélio Martins o Ministério da Saúde precisa dar mais atenção à essa política, muitas vezes, pouco conhecidas ou mesmo seguidas dentro do Sistema Único de

Saúde (SUS). “As leis ajudam a mudar cultura, mas elas, por si só, não produzem aderência social”.

E os dados mostram isso. Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em 2013, demonstrou que, apesar da implementação da Lei do Acompanhante, o número de mulheres que não tiveram nenhum acompanhante durante o parto ainda é grande no SUS: 65% das entrevistadas. Apenas 13% dos partos tiveram a presença do pai/parceiro. A razão para que a mulher não tenha acompanhamento em 54,3% dos casos é devido ao fato de o serviço não ter autorizado.

Ciente disso, o Ministério tem desenvolvido a campanha “Pai Presente: cuidado e compromisso” desde 2013, iniciativa da Coordenação Nacional de Saúde dos Homens, em parceria com a Rede Cegonha (ambas do Ministério da Saúde),

começar pelo Movimento pela Valorização da Paternidade, cujo berço foi de uma equipe chamada Macrofunção Vida (2001), que reunia representantes de uma série de pastas do poder executivo (cultura, esporte, comunicação, assistência social etc.) e gerenciado pela de Saúde.

O grupo foi criado para discutir planejamento familiar e gravidez na adolescência até passar a ser coordenado pela pediatra Viviane Manso Castello Branco, em 2002, que até então era gerente de Saúde do Adolescente. “Foi aí que eu propus trabalhar com a questão das masculinidades, pois entendia como uma lacuna nas políticas públicas”, lembra a pediatra, que levou organizações sociais para fazerem parte da iniciativa.

“PRECISAMOS CRIAR TAMBÉM UM ESPAÇO PARA QUE OS HOMENS POSSAM APRENDER QUE ELES TAMBÉM FAZEM PARTE DO CUIDADO”

Instituto Promundo e Unicef. Uma das tentativas de sensibilizar homens, mulheres e profissionais de saúde sobre o tema e seu impacto para a igualdade de gênero, mostrando que pré-natal, parto e pós-parto também fazem parte da masculinidade.

BOAS PRÁTICAS

Embora iniciativas exitosas possam ser encontradas pelo Brasil, uma das mais vigorosas vem do Rio de Janeiro, a partir de iniciativas fundamentadas na troca entre os setores público, privado e social. A

Ainda em 2002, o grupo, que se tornara aberto, criou a “Semana de Valorização da Paternidade”. Mais: a partir da adesão de cerca de 400 instituições, entre unidades de saúde, escolas, ONGs, universidades e outros atores, em agosto de 2004 tornou-se o “Mês da Valorização da Paternidade”.

Para sistematizar todas as ações que ocorriam, em 2006, o grupo, agora Comitê Vida, criou um protocolo de recomendações para ampliar a participação do pai nas políticas públicas que, na Secretaria Municipal de Saúde, se desdobrou na iniciativa “Unidade de Saúde Parceira do Pai”.

“Precisávamos de uma estratégia para que aquelas ações realizadas

em agosto se transformassem em uma prática permanente. Então criamos um protocolo com 10 passos para ampliar a participação do pai nas políticas públicas. Nenhuma das secretarias se interessou, pelo contrário. Mas eu levei adiante, na saúde”, conta Castello Branco, sobre a origem das Unidades.

Foram produzidos diferentes materiais, entre eles uma cartilha com recomendações para que o profissional de saúde torne o ambiente mais amigável para os homens, se adequando às necessidades deles, com horários mais flexíveis e uma rede intersetorial de apoio.

Em 2012, a coordenadora do Comitê investiu em uma certificação, inspirada em duas iniciativas da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro: Hospital Amigo da Criança e a Unidade Básica Amiga da Amamentação. “Eu observava que isso mobilizava muito as unidades de saúde. Todo mundo adorava ser certificado”. Criava-se assim, os parâmetros de avaliação de qualidade em diversos aspectos em saúde, para as Unidade de Saúde Parceira do Pai.

“Incluir os homens implica numa revisão de histórias de vida, valores, saberes e práticas de profissionais e clientes. É preciso paciência e persistência”, diz a cartilha direcionada a essas instituições. Viviane Manso Castello Branco que, além de coordenar o Comitê Vida, ser responsável pelos projetos Mês da Valorização da Paternidade e Unidade de Saúde Parceira do Pai, ela faz parte do “Grupo de Trabalho (GT) Homens pela Primeira Infância, mas está de licença (temporária) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

10 RECOMENDAÇÕES PARA O SISTEMA DE SAÚDE

- Promova junto à equipe a reflexão sobre temas relacionados às masculinidades, cuidado paterno e metodologias para trabalho com homens.
- Inclua os homens e pais nas rotinas dos serviços e convide-os para as consultas, exames e atividades de grupo relacionadas ao cuidado com seus filhos e parceiras, tais como contracepção, TIG e acompanhamento pediátrico.
- Incentive a participação dos pais no pré-natal, parto e pós-parto e dê a eles tarefas significativas, como cortar o cordão umbilical ou dar o primeiro banho. Divulgue o direito deles acompanharem o parto.
- Facilite a presença dos pais nas enfermarias, acompanhando seus filhos internados.
- Promova com os homens atividades educativas que discutam temas relacionados ao cuidado, numa perspectiva de gênero.
- Acolha os homens, valorizando sua capacidade, escutando suas demandas e sugestões, oferecendo apoio nas situações difíceis e incentivando-os a cuidar da própria saúde.
- Proponha adaptações no ambiente de modo a favorecer a presença dos homens, tais como cadeiras, camas, banheiros masculinos, divisórias, cartazes e revistas.
- Dê visibilidade ao tema do cuidado paterno, incluindo-o nas diferentes atividades educativas realizadas pela unidade, como: contracepção, pré-natal, aleitamento, grupos de adolescentes, pais e idosos.
- Ofereça horários alternativos, tais como sábados e terceiro turno, para consultas, atividades de grupo e visitas às enfermarias, a fim de facilitar a presença dos pais que trabalham.
- Estabeleça parcerias com a comunidade para fortalecer a rede de apoio social.

FONTE: UNIDADE DE SAÚDE PARCEIRA DO PAI, CARTILHA, 2009, RIO DE JANEIRO.



de gravidez ao nascimento, sendo que há consultas pré-natal e partos em horários flexíveis para favorecer a presença deles(as).

Outro exemplo é o Hospital Maternidade Carmela Dutra, onde há 10 anos foi inaugurado o Espaço H, onde os homens podem falar sobre suas expectativas, angústias e demandas. Um espaço “de escuta qualificada, centrado na demanda masculina”. Há também no hospital o projeto Pai Canguru, em que bebês pré-maturos são acolhidos pelo pai por meio do método canguru, no qual o bebê é colocado em contato pele a pele com sua mãe ou com seu pai.

“A medida em que a rede vai demonstrando boas práticas e dá visibilidade a isso, conseguimos manter a chama acesa de um grupo de profissionais que acreditam nessa proposta. Dali saem boas práticas

para mostrar que, apesar dos desafios do cotidiano do serviço de saúde público, é viável encontrar caminhos para a inclusão desse homem”, conclui Castello Branco.

As múltiplas ações que ocorrem cotidianamente, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, e mesmo por organizações citadas neste especial também devem ser reconhecidas. São inúmeras e, portanto, a **Revista Bem Cuidar** recomenda: Instituto Noos (noos.org.br), Instituto Promundo (promundo.org.br), Instituto Papai (institutopapai.blogspot.com), Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (gema-ufpe.blogspot.com), Rede Nacional Primeira Infância (primeirainfancia.org.br), Ministério da Saúde (portalsaude.saude.gov.br) e Aleitamento (aleitamento.com). **bc**

REAÇÃO EM CADEIA

O trabalho intersetorial iniciado no Rio de Janeiro deu frutos no sistema público, como a Casa de Parto David Capristano Filho, considerada um modelo de unidade voltada para a humanização do parto e acolhimento do pai, considerando o parto como um evento familiar. Assim, os pais/parceiros(as) são envolvidos do teste



a CONSTRUÇÃO Da MASCULINIDADE

POR MARCOS NASCIMENTO



TRADICIONALMENTE, o ato de cuidar é visto como um atributo “natural” das mulheres. As mulheres cuidam da casa, das crianças, da família, do seu companheiro. Mas o que existe de “natural” nessa história?

Desde muito pequenas as meninas brincam de cuidar. É através das brincadeiras infantis que as meninas são ensinadas e encorajadas a assumir seu papel de cuidadora. Cuida-se da casinha, da boneca, do entorno. As atividades femininas passam a dominar o espaço privado. Já para os meninos, o espaço público será o palco principal de sua atuação.

Esse intenso aprendizado em relação ao cuidado e a tornar as mulheres como a “embaixadora do cuidado” revela uma pedagogia que tem sua origem nas convenções de gênero vigentes no mundo social. Mulheres se vinculam ao espaço privado e delas se espera a sensibilidade e o cuidado, enquanto que os homens se fazem presentes no espaço público, mostrando sua objetividade, pragmatismo e atendendo a sua função de provedor.

Essas convenções de gênero baseadas em estereótipos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher influenciam sua atuação não somente na família, mas também na vida social e profissional. Parece que o ato de cuidar do outro termina por se converter em profecia que auto-cum-

pre: são as mulheres que vão cuidar da casa, da educação dos filhos, da saúde da família etc.; e, mesmo no campo das profissões voltadas para o cuidado, elas serão a maioria.

E o que sabemos sobre os homens na arena do cuidado? E como isso se relaciona com o exercício da paternidade? O que significa cuidar de si e do outro? Os homens sabem cuidar? Será que cuidam da mesma maneira que as mulheres ou existem especificidades em relação ao cuidado por parte dos homens? A gente aprende a cuidar? Não pretendo responder a todos esses questionamentos, mas acho que vale a pena refletirmos sobre alguns pontos.

Em primeiro lugar, acredito que precisamos compreender que a construção da masculinidade e feminilidade acontece pela força da cultura. Ser homem e ser mulher não corresponde somente a uma perspectiva subjetiva ou naturalizada sobre o masculino e o feminino. Ao contrário, o que vemos é uma ação orquestrada por ditames sociais, culturais, históricos e políticos que modelam a construção de um repertório de condutas apropriadas para homens e mulheres.

Por se tratar de uma produção histórica, as concepções sobre ho-

mem e mulher também estão sujeitas a mudanças. O século XX foi um cenário de mudanças no campo das relações de gênero devido à ação de movimentos sociais e da formulação de políticas públicas que reconheciam na desigualdade entre homens e mulheres um sério problema social.

Em segundo lugar, a partir da minha experiência pessoal de trabalho com grupos de homens jovens e adultos, notamos que refletir sobre a construção do que é ser homem, o machismo e as relações entre homens e mulheres (e entre homens também) é fundamental para criar novas perspectivas de atuação no mundo, inclusive no olhar sobre o cuidado.

Portanto, o cuidado não é compreendido como uma aptidão natural feminina, e, sim algo que pode ser aprendido durante toda a vida e independe do seu sexo biológico. Ensinar os meninos o valor do cuidado de si e do outro nos parece uma ferramenta poderosa para criar relações de gênero mais justas e igualitárias. O cuidado é um ato de afeto fundamental para o exercício da paternidade.

Propiciar aos homens e meninos a oportunidade de aprender a cuidar representa a produção de novas perspectivas para os homens na construção das suas masculinidades. *bc*

MARCOS NASCIMENTO É PSICÓLOGO, DOUTOR EM SAÚDE COLETIVA, PESQUISADOR E DOCENTE DO INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA DA FIOCRUZ



CRIAÇÃO COM APEGO

PAI E BLOGUEIRO, RECONHECIDO COMO LÍDER PELA ORGANIZAÇÃO ATTACHMENT PARENTING INTERNATIONAL E CRIADOR DO PRIMEIRO GRUPO DE APOIO OFICIAL NO BRASIL, A API RIO, O EDUCADOR PARENTAL PARA A DISCIPLINA POSITIVA, THIAGO QUEIROZ CONTA À **BEM CUIDAR** COMO SE TORNOU UM DOS PRINCIPAIS EXPOENTES SOBRE A CRIAÇÃO COM APEGO, QUE SE PROPÕEM A AJUDAR PAIS A ENTENDER MELHOR O DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS, IDENTIFICANDO SUAS NECESSIDADES E A RESPONDER A ELES COM RESPEITO E EMPATIA.

FOTOS MARI HART DORE

Bem Cuidar: Como começou o seu envolvimento com a Criação Com Apego?

Thiago Queiroz: Comecei a me envolver com a CA assim que meu primeiro filho, Dante, nasceu. Ele nasceu em casa, em um parto domiciliar planejado, mas para chegar aí, eu e minha esposa passamos por um longo caminho de conversas, discussões, estudos e empoderamento até que eu pudesse apoiá-la no parto que ela desejava ter.

A questão é que nos dedicamos tanto ao parto em si que não nos preparamos para o que vinha depois. Quando o Dante nasceu, ficou aquela sensação de “e agora?”, já que gostaríamos que o Dante continuasse recebendo o mesmo amor e respeito que recebeu no nascimento.

BC: E onde você buscou referências no começo?

TQ: Minhas referências são sempre os livros, então comecei lendo “Beyond the Sling” da Mayim Bialik e “The Attachment Parenting Book” do William Sears. Além desses livros, o site da Attachment Parenting International também foi uma grande referência para mim, tanto que me ofereci para traduzir os princípios da CA para o português. Esses livros foram fundamentais para me fazerem entender bem o que é CA. Eles também tiveram o papel de me fazer ficar apaixonado por essa maneira de pensar criação de filhos, então eu sempre estou lendo algum livro relacionado.

BC: O que te levou a criar o blog, Paizinho, Vírgula! e o grupo no Facebook, Criação com Apego?

TQ: O grupo no Facebook veio antes, e surgiu com essa sensação de que precisávamos estar cercados de pessoas que pensassem como eu e minha esposa. Durante a gestação, nós frequentávamos um grupo de apoio ao parto natural e, assim que Dante nasceu, aquele grupo não

poderia mais oferecer o apoio que precisávamos, porque ele era focado em gestação e parto.

Foi aí que decidimos criar um grupo no Facebook e, então, comecei a organizar encontros presenciais mensais no Rio de Janeiro, para pais e mães conversarem sobre a CA. O blog veio alguns meses depois disso tudo, com a minha crescente vontade de escrever sobre o que eu estava vivendo e aprendendo na CA. No próprio grupo, muitas pessoas me incentivaram a começar a escrever sobre o assunto, então foi bem natural começar a relatar. Eu só nunca imaginei que fosse tomar o tamanho que tem hoje!

BC: Como foram as primeiras respostas à esse trabalho?

TQ: Não poderiam ser melhores. Muitas pessoas começaram a me escrever, agradecendo pelo trabalho, porque eu escrevia sobre coisas que eram semelhantes ao que elas viviam e, por isso, elas se sentiam acolhidas pelos meus textos. É muito gratificante saber que o seu trabalho tem um impacto positivo na vida das pessoas!

BC: Por que usar “paternagem” em vez de paternidade?

TQ: Eu gosto de usar essa diferenciação de termos para destacar o que se pensa de paternidade hoje em dia, com o que eu vivencio e divulgo no meu trabalho. Hoje, para a maioria das pessoas, ser pai é ser ajudante. Então, quando uso o termo “paternagem”, faço uma diferença clara de que estamos falando do pai que cuida, não o pai que ajuda. Estamos discutindo o pai que cria junto.

BC: O que te motiva a continuar liderando reflexões e debates sobre paternagem?

TQ: O que me motiva é a resposta das pessoas. São tantas que me respondem agradecendo pelos textos (e

agora, os vídeos também). Pessoas que se sentiram representadas e que conseguiram mudar seus pontos de vista a partir do meu trabalho. E quando não são os homens que me relatam isso, as mulheres também relatam como se sentem ajudadas por terem um texto para mostrar aos seus companheiros. Textos sobre criação de filhos escritos por um pai fazem toda a diferença nesse contexto.

BC: Como você vê a discussão sobre paternagem no país?

TQ: Infelizmente, a discussão ainda é muito, muito tímida. Hoje, na maioria esmagadora das vezes, ainda vemos o pai sendo representado por uma pessoa incapaz de cuidar de um filho, um cara desastrado que coloca a cueca do filho na cabeça, porque não sabe onde colocar. Enquanto tivermos esse tipo de representação, teremos que continuar lutando contra o sistema patriarcal que define que a mãe é a única que deve e que é capaz de criar um filho. Além disso, ainda temos a cultura de premiar o pai pelo básico. Então, um pai que dá banho e troca fraldas, por exemplo, merece uma medalha, um presente e uma homenagem de dias-dos-pais. Enquanto vivermos nessa cultura de “superpai”, precisaremos discutir e problematizar o verdadeiro papel de pai na paternagem.

BC: Qual é o seu primeiro conselho aos pais preocupados em criar seus filhos de forma mais amorosa e conectada?

TQ: Meu primeiro conselho é: siga seus instintos. Feche seus ouvidos para as centenas de conselhos que você recebe todos os dias, de amigos, parentes e até desconhecidos. Ouça seus instintos e procure uma rede de apoio para discutir todas as questões que afloram quando você exercer a paternagem. *bc*

“AINDA TEMOS A CULTURA DE PREMIAR O PAI PELO BÁSICO”



VÁ PROCURAR OUTRO PALCO

POR TEO CORDEIRO



O PAPAÍ É POP. E anda nas mídias sociais, no Youtube, nos blogs. Todos lhe dão voz e seus adjetivos são os melhores possíveis: Paizão, superpai, papais incríveis, pais modernos, de outro mundo e a lista só cresce. Tudo por que, agora, dizem, assumiram novas funções como a troca das fraldas, a papinha do neném, botar pra dormir e até, acreditem, levar à pediatra! Que delícia ser Pai neste novo mundo das tecnologias virtuais, é só postar uma foto nas redes sociais passeando com o filho na praia de domingo pra choverem elogios e curtidas sobre nós.

Do lado da mamãe, com a mesma qualificação e colocação mas ganhando menos e ainda autora do triplo dos cuidados do superpai com as crianças, ganha o adjetivo de mãe. Simples assim. Afinal, “não faz mais que a sua obrigação”.

Quando falamos e somos retratados na grande mídia sedenta por novidades comportamentais é mais ou menos isso que está sendo reforçado e serve pra deixar tudo da maneira que está, geralmente, na medida do interesse dos donos dos canais de comunicação, homens, brancos e papais convencionais. Trata-se da primeira armadilha para alguns papais inocentes ou em uma grande oportunidade de surfar nas ondas da nova moda da nova paternidade, para os papais raposos. E o que há de menos importante nesta moda é o conteúdo.

E o superpai quer mais. Agora, queridinho da mídia e de algumas mães, ele se propõe a ensinar como é que se cuida das crianças. Sua metodologia baseada na sua experiência empírica misturada com conhecimentos da new technology of children S.A. e promete trazer harmonia a todos os lares brasileiros e resolver os problemas característicos da criação.

Esse mesmo pai que durante séculos ou milênios cuidou muito pouco, agora coloca o quadro negro na frente delas e começa a explicar, falar sobre seus corpos, a partir da experiência dele, como se as crianças e as condições onde elas vivem fossem iguais.

Com isso o Dr. Superpai mata três coelhos ou coelhas como uma só caçadada. Atende aos anseios da mídia sedenta de superpais para reforçar a naturalização do cuidado materno tão denunciada pelo movimento feminista desde o século XIX; deslegitima o saber delas que durante este séculos, por opressão, tiveram que assumir a esfera dos cuidados sozinhas e por fim e mais importante desvia o foco da abordagem dos seu próprio privilégio como homem brasileiro que desde de 1500, com raras exceções, decide a seu bel prazer sobre se quer ou não cuidar e se quiser, define quanto de cuidado que irá despender, deixando intacta a desigual distribuição da divisão sexual do trabalho.

É preciso dizer papai! Não tem graça brincar com um cotidiano de vida onde se concilia o trabalho estressante e seus cansativos deslocamentos no transporte público das grandes cidades com todo o complexo universo do cuidado das crianças que inclui sua saúde, sua educação, seu bem-estar e sua criação que demandam um dispêndio enorme de energia e ainda estarem sujeitas a todo tipo de violência doméstica, publica ou simbólica que não admite que as mães errem.

Sem falar nas mães dos subúrbios das cidades que contam ainda com a precariedade ou ausência dos serviços públicos, com a violência das polícias ou milícias, que podem matar seus filhos por estarem brincando nos becos, e nas políticas de apartheid social que fazem com que determinadas áreas da cidade sejam exclusivamente usufruídas por determinados grupos sociais abastados de pele clara e com muitas babás. Além do mais, não tem graça rir daquelas que precisam se proteger dos estupro, do racismo institucional, dos assédios diários executados, em sua maioria, por um tipo específico de gênero, que você e eu pertencemos. *bc*

TÉO CORDEIRO É MÚSICO, MESTRE DE BATERIA DO BLOCO CARNAVALESKO D'AGUAS, FACILITADOR DO GRUPO DE PAIS DA CASA DE PARTO DAVID CAPISTRANO E BLOGUEIRO, PAI DE UM PEQUENO RAPAZ NASCIDO NO RIO DE JANEIRO COMO ELE, AMBOS MORADORES DO SUBÚRBIO DA LEOPOLDINA. BLOG: WWW.FILHODOPAI.COM

a PERSPECTIVA FEMINISTA

POR MARIANA AZEVEDO



EXISTE ALGUMA DIFERENÇA intrínseca entre exercer a maternidade e a paternidade? A pergunta, aparentemente óbvia, dá margem a uma série de questionamentos, que só podem ser compreendidos em todo seu alcance se lançarmos mão de uma perspectiva feminista de gênero para compreender como se construíram e operam as relações sociais entre homens e mulheres.

Nas sociedades ocidentais a paternidade tem sido tradicionalmente associada à imagem do patriarca. Aquele que além de ser o principal responsável pelo sustento material da família era também aquele que exercia o poder e a autoridade no seio familiar e para além dele. Em contraposição, a mãe aparece como sendo a principal responsável pelos cuidados e suporte emocional da família. Essa divisão de papéis foi durante muito tempo explicada como resultado das diferenças biológicas entre os sexos. Assim, dentre outras coisas, as mulheres seriam naturalmente boas cuidadoras enquanto que os homens seriam naturalmente bons provedores.

Os movimentos de mulheres e feministas que eclodiram na década de 1960 vieram colocar em xeque tal explicação. Com o objetivo de denunciar e superar a situação de subordinação das mulheres, o feminismo sacudiu a nossa própria compreen-

são sobre o que ser homem e ser mulher. E conseqüentemente, sobre o que é ser pai e ser mãe. A célebre frase da feminista francesa Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher: torna-se” (1949) e que recentemente voltou ao centro das discussões públicas por ter sido contemplada em uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio, é a síntese perfeita dessa proposta. Partindo da ideia que a subordinação das mulheres não é algo dado e natural, mas uma construção social e, portanto, passível de se ser superada o feminismo colocou que os comportamentos diferentes que observamos entre homens e mulheres não são também um dado da natureza, mas uma construção histórica e social.

Dessa maneira, o fato de, atualmente, ainda observamos que as mulheres estão mais envolvidas com o cuidado das filhas e filhos não é resultado de uma natureza feminina que seria mais apta a este tipo de tarefa. Inclusive, há muitas mulheres que não são e nem querem ser mães. Da mesma maneira podemos observar que hoje em dia há muito mais homens envolvidos no cuidado do que antigamente. Entretanto, segundo o Jornal El País, em março de 2015, uma tabulação realizada pelo

Jornal O Globo com dados da PNAD mostrou que, no Brasil, as mulheres dedicam em média 15 horas por semana a mais do que os homens a tarefas domésticas, como cuidar dos filhos e limpar a casa.

Mas por que essa desigualdade ainda persiste? Apesar da revolução feminista já ter mudado muita coisa, a forma como educamos as crianças e as políticas públicas continuam em grande medida, reproduzindo os papéis tradicionais de gênero sobre o que é ser pai e mãe. Dois exemplos disso são a divisão das brincadeiras “de meninos” e “de meninas” e a grande diferença no tempo da licença-maternidade e paternidade.

As meninas, desde muito cedo são socializadas a cumprirem o papel de cuidadoras. Não por acaso as brincadeiras ditas como sendo “de menina” reproduzem diversas situações de cuidado que a sociedade espera que estas exerçam na vida adulta. Por outro lado, quantos meninos já ganharam uma boneca de presente no seu aniversário de três anos? No Brasil a licença-maternidade é atualmente de 120 dias, enquanto que a Licença Paternidade é de 5 dias. Essa diferença tão grande reforça a ideia de que as mulheres são as principais, se não as únicas responsáveis pelo cuidado das crianças. *bc*

MARIANA AZEVEDO É SOCIOLOGA, FEMINISTA E COORDENADORA GERAL DO INSTITUTO PAPAI.





SABER CUIDAR DE NOSSOS JOVENS

POR NÉSTOR RAÚL JUÁREZ

*"NINGUÉM NASCE FEITO, É EXPERIMENTANDO-NOS
NO MUNDO QUE NÓS NOS FAZEMOS"*

PAULO FREIRE



UM BELO DIA caiu nas minhas mãos um conto feito pelo escritor argentino Jorge Bucay, em que ele reflete sobre como é possível que um animal tão grande como um elefante se mantém cativo, como atração de um circo, preso apenas por uma corrente que o ligava a uma estaca cravada no chão com apenas alguns centímetros de profundidade. Certamente, nosso observador tem razão, um animal enorme e poderoso como um elefante adulto tem força mais que suficiente para, com um simples movimento, se libertar.

Mas Bucay encontrou uma resposta ao dilema. O elefante, como todos os que foram ao cativeiro, tinha sido amestrado desde pequenino a estar sempre acorrentado. Assim, Jorge Bucay tira suas conclusões, o elefante indefeso, recém-nascido (preso) nasceu para brincar.

"Ele empurrou e forçou tentando se libertar. E, apesar de seus esforços, ele falhou. A estaca era certamente forte demais para ele. Eu imaginei que ele adormeceu exausto e no dia seguinte ele tentou de novo, e no dia seguinte, e no outro..."

Até que um dia, o dia mais terrível para a sua história, o animal aceitou a sua impotência e se resignou ao seu destino. Este elefante enorme e poderoso que vemos no circo, acredita que ele não pode! Ele já gravou na memória a impotência que sentiu logo após o nascimento. E o pior é que ele nunca questionou seriamente a sua lembrança. Ele nunca mais tentou novamente testar sua força...

Estamos todos um pouco como o elefante de circo, andamos pelo mundo acorrentados a centenas de estacas que impedem a nossa liberdade. Vivemos pensando que 'não podemos' fazer muitas coisas, simplesmente porque uma vez nós tentamos e falhamos. Fizemos o mesmo que o elefante, e temos gravado em nossa memória esta mensagem: "eu não posso, eu não posso e não poderei nunca". Nós crescemos levando essa mensagem que temos imposto a nós mesmos e assim nunca mais temos voltado a tentar libertar-nos nem a

questionar essa memória gravada. E assim, permanecemos grelhados pela lembrança gravada por uma pessoa que nós não somos mais". (Jorge Bucay)

Então, estimado leitor, eu posso perguntar: para você, em qual momento da vida nós deixamos de tentar ser livres e aceitamos a verdade parcial de que as nossas forças, as nossas capacidades não podem contra o pauzinho que nos liga à terra? Podemos dizer que há muitos momentos da nossa caminhada pela vida em que isso acontece, mas se você lembrar a sua própria experiência, há uma etapa em que você sente todo o peso da derrota.

Eis o passo da adolescência à juventude, sobre tudo à juventude adulta.

Há pessoas, muitas vezes, que sem saber o que faziam, ajudaram no processo desse mau aprender que levou à derrota. Muitas vezes, foram os mesmos pais (professor, treinador, parente, "cuidadora", equipe técnica) que ajudaram nesse processo negativo.

Quando há a crise de identidade, o adolescente quer se libertar da dor causada pela mesma crise, dando

lugar a sonhos na maioria das vezes irrealis, inalcançáveis. Nós, os adultos, tentamos furar o balão dos seus sonhos. Aliás, a gente, muitas vezes, não toma consciência que nessa idade o jovem elefante está tentando se libertar, talvez de mau jeito, até atacando aos seus próprios pais, questionando, nos culpando de todos os seus males. Se nós, os adultos, não estamos cientes do que está acontecendo no fundo do coração dos nossos jovens, talvez cairemos no mesmo erro de aprofundar o sentimento de derrota do nosso pequeno elefante que quer crescer.

Muitos de vocês podem se perguntar se a minha sugestão é deixar os jovens fazerem tudo que eles desejarem. Não, isso não! É saber cuidar, é saber guiar, é saber proteger.

Não podemos deixar eles se machucarem nas suas tentativas espirituais pela verdadeira liberdade. Nós temos que acompanhá-los, atentos aos processos. Não podemos transmitir os nossos medos, nem censurar os seus anseios de poder ser. De poder em verdadeira liberdade, construir a sua mais profunda identidade.

Cuidar dos jovens passa por ouvir, ouvir muito. Estar atentos, saber calar, observar, estar prontos para ajudar. E sobretudo, ensinar a se levantar quando cair. Ajudar os jovens, acompanhá-los, é também se deixar questionar por eles, para nós também aprendermos junto a eles quais são as nossas próprias correntes.

Eu não sou muito amigo de dar soluções feitas de antemão. Seguindo o educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, dou preferência ao facilitar, ao sugerir para deixar entre todos e todas chegar a uma melhor conclusão. Porém, vou arriscar a falar dos medos que nós, educadores e pais, temos que atentar para não transmitir aos nossos pequenos elefantinhos:

-Perfeccionismo: Há erros e erros, não todos os erros são de vida ou morte. Eles também podem errar. O melhor aprendizado é justamente aquele que vem dos erros, ajudar-lhes a tirar conclusões positivas dos equívocos. O melhor da queda é aprender a se levantar. Também é preciso aprender a pedir perdão, sem carregar vergonhas alheias, com a humildade de saber que estamos aprendendo.

-Derrotismo: Os meus erros não necessariamente têm que ser os erros deles. A gente aprende dos erros ou os carrega como peso nas costas, como má lembranças. Depende do que a gente faz com os aprendizados da vida. O pior é sempre tirar aprendizados negativos, pessimistas das experiências da vida, com isso estamos dando uma paupérrima chave de leitura da realidade.

-Fatalismo: Não ter medo do futuro. Eles precisam se apropriar do seu destino, precisam ser donos dos seus projetos de vida. Há situações mais ou menos marcantes, mas tudo pode ser melhorado no decorrer da vida. Não há situação que não possa ser melhorada. Com mais ou menos esforço, mas tudo leva a ir adiante. Não há destino fatalmente prefixado. Não ter medo de ser sujeitos protagonistas da própria vida.

-Problematizar a juventude: Os jovens não são “o problema”. Os jovens estão aprendendo a viver, eles só estão à procura. Porém, nós adultos, para não sermos questionados sobre nossos próprios medos, sobre nossa própria falta de liberdade, sem refletir, acabamos acorrentando a juventude;

-“Catatrosfismos” ou Exagero do negativo: Não fazer maior as quedas ou erros da juventude, exagerando, aumentando o erro e minimizando os acertos. Cria-se assim a sensação que ele/ela nada faz de bom. É uma corrente imaginária forte para o nosso elefantinho. Pelo tanto, usar mais o bom senso, procurar um terceiro olhar, não para dar razão ou aprovar a minha leitura da situação, mas para procurar objetividade (objetividade quer dizer, não pura subjetividade). É sadio se questionar pessoalmente como educador, pai, mãe. Cada pessoa é diferente, não padronizar as nossas respostas,



muito menos julgar as pessoas em coisas que nos mesmos nos autojulgaríamos diferente.

O certo, é estarmos atentos sobre nós mesmos e dispostos a deixar-nos ensinar pela realidade, especialmente a dos jovens, porque com as suas atitudes, muitas vezes não certas, serão refletidas nossas próprias correntes de elefante velhos.

Veja bem, por exemplo, o quanto que estas questões estão na mídia brasileira, criando um olhar negativo sobre a juventude para manipular aos adultos (que fazemos as leis) sobre a questão da redução da maioridade penal.

O tema ainda pode continuar, temos muitas perguntas suscitadas a partir do desafio de saber cuidar dos jovens. Se o leitor assim o desejasse, podemos ouvir as suas perguntas e juntos continuar na aprendizagem à qual os nossos jovens nos desafiam. *bc*

NÉSTOR RAÚL JUÁREZ É FILÓSOFO, TEÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO, E SE DEDICA A PESQUISAR ASPECTOS MOTIVACIONAIS NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DA JUVENTUDE. TRABALHOU EM DIVERSOS CONTEXTOS E PROGRAMAS NA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E EUROPA, COM FORMAÇÃO HUMANO-INTELLECTUAL E POLÍTICA DE JOVENS E DE LIDERANÇAS JUVENIS. ATUALMENTE, MANTÉM PESQUISAS COM FOCO EM JUVENTUDES, COM UM OLHAR HOLÍSTICO DESDE OS CONCEITOS DE MISERICÓRDIA E DA ESPERANÇA.

manual PARA a FAMÍLIA

ALÉM DE OFERECER OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO EM GRUPO, O PROGRAMA CAPACITA PROFISSIONAIS DO SETOR DE SAÚDE, APOIA E MOBILIZA CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO COMUNITÁRIAS, LOCAIS E NACIONAIS.

“A PATERNIDADE é mais do que biologia: tem a ver com a qualidade e a profundidade da relação que o homem tem com as crianças e com o que fazem antes, durante e depois de elas terem chegado ao mundo”. A premissa defendida pelos autores de “Programa P: Manual para o Exercício da Paternidade e do Cuidado” é enfática ao apontar envolvimento dos homens no cuidado e na promoção da saúde materno-infantil

Mas, o material é muito maior que isso. Lançado pela organização brasileira Promundo em 2014, o Programa P (de Paternidade) é um manual que se destina a criar espaços seguros para o diálogo com os pais, por meio de oficinas e abordagens que lhes permitam refletir sobre suas preocupações, dúvidas, necessidades e interesses sobre a paternidade e o cuidado, para beneficiar a equidade entre homens e mulheres, o desenvolvimento da criança e a própria saúde do homem.

Publicado inicialmente em inglês e espanhol, pois é parte integrante da Campanha Internacional de Paternidade MenCare, a versão brasileira foi adaptada para melhor atender às especificidades do contexto do país, a partir de pesquisa e da articulação com parceiros locais, como o Ministério da Saúde, Instituto Noos, Instituto Papai e Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA) da UFPE.

Além disso, ele tem como sustentação pesquisas, incluindo os resultados da International Men and

Gender Equality Survey – IMAGES (Pesquisa Internacional sobre Homens e Equidade de Gênero), que destacam como o envolvimento dos homens no cuidado beneficia as mães, pode prevenir a violência contra mulheres e crianças e tem impactos positivos no bem estar da família.

O manual está dividido em três capítulos. O primeiro é o Paternidades no Sistema de Saúde, que serve como guia para profissionais do setor ampliar e fortalecer o engajamento de homens no exercício da paternidade e do cuidado.

“O Programa P foi pensado, primeiro, para servir como um instrumento para profissionais de saúde, que tem vontade de fazer alguma coisa, mas não sabem por onde começar. Por isso, compilamos experiências, muitas delas brasileiras”, explica o coordenador executivo do Promundo, Marco Aurélio Martins.

O segundo bloco é o Paternidade e Cuidado, que inclui um passo a passo com indicações metodológicas (recheadas de exemplos) para facilitar sessões de grupos de reflexão com os pais, que podem ser realizadas com grupos mistos, onde pais e mães partilham e aprendem juntos. “O objetivo é criar ambientes seguros para os homens que frequentam o pré-natal. A gente começa falando dessa expectativa e ansiedade de se tornar pai, até questões mais práticas relacionadas ao cuidado”, argumenta o gestor.

Já o último bloco é o Mobilização Comunitária, dedicado a ativistas interessados em desenvolver atividades na comunidade, buscando promover a visibilidade dos benefícios do exercício da paternidade e do cuidado. Tudo isso, indicando atividades de mobilização, construção de alianças locais e um tutorial de como montar sua própria campanha.

Por multiplicidade de usos que o manual traz em si, não é apenas uma casualidade que o material foi construído por meio de um coletivo de organizações sociais (nacionais e internacionais), gestores públicos, pesquisadores e profissionais do setor de saúde.

“Formamos um grupo de trabalho político, que envolveu o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, além de uma série de organizações sociais, que pudesse garantir a entrada do material na formação dos profissionais, abrindo esse espaço. Além disso, também tivemos um grupo de trabalho técnico, que incluiu pesquisadores e pessoas que trabalham com o tema de paternidade para elaborar atividades”, conclui Martins.

Ao citar a importância da participação dos homens na vida das crianças o manual aponta, oportunamente, já no início: “não devemos assumir que famílias chefiadas por mães são deficientes ou que as estruturas familiares heterossexuais são a única maneira de criar os filhos e filhas”. *bc*



GENOCÍDIO INDÍGENA

CONFLITOS MOSTRAM SITUAÇÃO DEGRADANTE EM QUE VIVEM POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL, ONDE PISTOLEIROS CHACINAM IMPUNES E UM BOI VALE MAIS QUE UMA CRIANÇA.



FOTOS EGONHECK/CIMI

CONTEXTO

De um lado, estão os cerca de 72 mil índios, que vivem em 28 municípios do Estado e reivindicam as terras que pertenciam aos seus ancestrais, com base em estudos antropológicos, que provam que as áreas foram habitadas por seus parentes. Do outro, estão aproximadamente 60 mil produtores rurais, que reafirmam a posse das terras, a partir do registro de propriedade.

A questão é que a Constituição de 1988 explicita que é de direito dos povos indígenas ocupar as chamadas terras tradicionais. Porém, nas décadas que antecederam à Constituição, o Governo do Mato Grosso do Sul (tal como ocorreu em outros Estados), gradualmente retirou os índios de suas terras e as venderam para os fazendeiros.

O Governo Federal acredita que as terras devem ser devolvidas para os índios, sendo que o Ministério da Justiça já autorizou a demarcação de algumas delas. Porém, os fazendeiros querem ressarcimento, prolongando a discussão no Judiciário. O Governo do Estado diz que quem deve pagar a conta é a União, enquanto que a União joga a responsabilidade para o Estado, que vendeu o invendável.

Essa situação se agrava ainda mais com ações jurídicas e legislativas catastróficas. No primeiro caso, desde setembro de 2014, três terras indígenas já tiveram suas demarcações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal e outras várias estão nas mãos dos ministros da Corte. Essas decisões baseiam-se em uma controversa tese jurídica, o “marco temporal”.

Por esse argumento, os índios só teriam direito às terras efetivamente ocupadas em 5 outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Como se esses povos não tives-

sem sido expulsos de suas terras durante décadas. Outro argumento usual é o chamado “esbulho renitente”, o que parece um palavrão, mais condiciona o direito à terra à provada resistência das comunidades indígenas à invasão de seus territórios por meio do conflito físico ou reivindicando a posse na justiça.

O jurista Dalmo Dallari, que há 50 anos vêm atuando na defesa dos direitos indígenas, considera esses argumentos esdrúxulos e sem qualquer base constitucional. “O que a tese pretende dizer é que o que importa é quem estava na terra no dia em que entrou em vigor a Constituição. Ora, em muitos lugares eram invasores, que usam capangas, homens armados, para matar índio. Eles fazem pose de grandes fazendeiros, mas são invasores de terras indígenas”, afirmou o jurista, durante o seminário “Direitos dos Povos Indígenas em Disputa no STF”, realizado na Faculdade de Direito da USP, em novembro de 2015.

Já no legislativo há a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir ao Congresso a última palavra sobre os limites de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e quilombos. O texto proíbe ainda a ampliação de terras indígenas já demarcadas e prevê a indenização de proprietários inseridos nas áreas demarcadas, ainda que em faixa de fronteira.

Dominada pelos ruralistas, a Comissão Especial que analisou a PEC 215 a aprovou no final de outubro e, agora, segue para apreciação de deputados e senadores. “A PEC 215 representa o genocídio dos povos indígenas do Brasil. Ela retira o direito dos povos indígenas aos nossos territórios”, advertiu Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).



LUTA E INVASÕES

Nesse contexto cada vez mais inseguro e cansados de esperar por consensos, os índios decidiram resolver a questão por conta própria. Passaram a fazer o que chamam de retomada dos territórios tradicionais: ocupam a terra, montam acampamento e passam a viver ali, de forma precária, até que a Justiça determine a saída deles.

Segundo os produtores rurais do Estado, atualmente 80 fazendas estão ocupadas pelos indígenas. Mas, grande parte dessas pessoas vivem na mata ciliar ou nas estradas, que cercam essas fazendas. “O processo de retomada das terras tradicionais avançou nos últimos anos. Hoje, nós, guarani-kaiowá, estamos em guerra. Estamos enfrentando grandes fazendeiros, pistoleiros, políticos e a polícia para defender que nós tenhamos nosso espaço”, garante Eliseu Lopes.

A iniciativa teve um custo reverso, só entre agosto e setembro de 2015, os guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul sofreram de mais de 10 ataques. E o confronto não parece diminuir. Num ambiente que registrou mais de 150 conflitos, pelo menos 16 lideranças foram assassinadas por fazendeiros devido a suas lutas por território nos últimos 10 anos. Eliseu Lopez acredita que o número é bem maior: “Esses são os que foram registrados”.

VIDA PRECÁRIA

Outro preço pago pela resistência é na saúde dessas comunidades. Segundo dados do Ministério da Saúde, de 2000 a 2013, 662 pessoas indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul — e mais 47 em 2014, de acordo com Lopez. Isto é, um caso a cada 7,2 dias.

Já a taxa de mortalidade infantil, no último ano pesquisado foi de 27,58, quase o dobro da média nacional, que é de 15. Mas, abaixo da média dos povos indígenas brasileiros, que é de 43. A pior situação é entre os Yanomami, onde a taxa é equivalente a que Angola tinha na década de 1990, 149.

Em análise, além da vida precária, há falta de atendimento em saúde. Para uma população de mais de 72 mil índios, o número de médicos para acompanhá-los é de apenas 39. Se o parâmetro usado foi o da Organização Mundial de Saúde, que indica 1 médico por 1.000 habitantes, faltariam, pelo menos, mais 33 profissionais para a empreitada.

O Governo Brasileiro se orgulha de ter demarcado mais terras indíge-

nas do que qualquer outro País. Mas o fato, além de não poder ser visto como mérito, pois as demarcações não foram efetivadas integralmente, não reflete a imensa desigualdade territorial que ainda persiste. É importante frisar que 98,5% das terras demarcadas no Brasil estão localizadas no Amazonas, norte do país.

Um povo inteiro, são cerca de 45 mil pessoas, sendo obrigado a viver de cesta básica, às margens de rodovias, sob lona preta, sem água e contando com a sorte.

NEM 3%

O Mato Grosso do Sul possui pouco mais de 35 milhões de hectares, algo como o tamanho da Alemanha, sendo que a soma total de todas as áreas urbanas de seus 79 municípios não somam 42,1 mil hectares. Do território, 66% (22 milhões de hectares) é ocupado por gado e, aproximadamente, 10% por plantações (soja, cana e eucalipto).

As áreas reivindicadas pelos guarani-kaiowá não ultrapassam 900 mil hectares. Isto é, menos de 2,5% do território de todo o Estado — lembrando que eles já ocuparam pelo menos 10% do território e teriam direito a lutar por todo esse espaço. *bc*

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS CURUMINS

POR MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS



DE ACORDO com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil possui 896,9 mil indígenas em todo o território nacional. Somando-se a população residente em terras indígenas (63,8%) quanto em cidades (36,2%). Deste total, 817,9 mil se autodeclararam índios no quesito cor ou raça e 78,9 mil se consideraram indígenas pelas tradições e costumes.

Entre 2000 e 2010, a proporção de indígenas entre 0 e 14 anos de idade passou de 32,6% para 36,2%, enquanto o grupo etário de 15 a 64 anos de idade caiu de 61,6% para 58,2%. Em 2010, metade da população indígena tinha até 22,1 anos de idade.

O Censo 2010 pesquisou, também, pela primeira vez o número de etnias indígenas, encontrando 305 etnias, sendo: 250 dentro das terras indígenas, 300 fora delas, 672,5 mil (75%) declararam o nome da etnia, 147,2 mil (16,4%) não sabiam e 53,8 mil (6%) não declararam.

A maior etnia é a Tikúna, com 6,8% da população indígena. Foram identificadas 274 línguas, sendo a Tikúna a mais falada (34,1 mil pessoas). Dos 786,7 mil indígenas com idade a partir de 5 anos de idade, 37,4% falam uma língua indígena e

76,9% falam português.

Etnias diferentes, cada qual com seus costumes, hábitos e tradições culturais, que, por lei, devem ser preservadas e respeitadas. Em relação aos direitos da criança e do adolescente indígena, como o Estatuto dos Povos Indígenas ainda não foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, considera-se o que consta nas normativas legais

índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Mas, para as crianças e adolescentes o que vale em termos de legislação?

Art. 227 da Constituição Federal: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao ado-

“GARANTIR A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE INDÍGENAS É DEVER DE TODOS”

existentes, sejam elas: Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e demais leis quem têm como público a criança e o adolescente.

Estabelece a Constituição Federal de 1988:

Art. 231. São reconhecidos aos

lescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010);



Cabe aqui ressaltar a validade dos direitos estabelecidos na Lei 8969/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - para as crianças e adolescentes indígenas.

Observando e respeitando os usos, costumes e tradições indígenas, independentemente de sua forma ou estrutura, conforme estabelece o art. 231 da Constituição Federal, acrescido do art. 227 para as crianças e adolescentes, e demais leis correlatas.

Assim, cabe ao Estado Brasileiro garantir aos pequenos curumins o acesso aos direitos determinados no ECA, respeitando as suas especificidades socioculturais.

A garantia da criação de programas e ações específicos para atender exclusivamente os povos indígenas não está prevista em nenhuma lei vigente, mas aparece na minuta de proposta de lei do Estatuto dos Povos Indígenas.

Garantir a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente indígenas é dever de todos, família, sociedade e estado, segundo seus usos, costumes, tradições e organização social. Assim sendo, as medidas de proteção devem ser aplicadas pelos Conselhos Tutelares, e as medidas socioeducativas aplicadas pelo Ministério Público e Justiça da Infância e Adolescência compatibilizando-as com os usos, costumes, tradições e organização social da comunidade indígena.

Para isso ocorrer faz-se necessário que o Poder Público e o Sistema de Justiça compreendam e respeitem, o conceito de família de cada comunidade indígena, em relação ao poder familiar e as questões a ele relacionadas.

Trazendo o foco da minuta de projeto de lei do Estatuto dos povos indígenas, importante ressaltar a inclusão de representantes indígenas, na qualidade de Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente e nos Conselhos Tutelares dos municípios, onde houver comunidades indígenas. E mais, obriga os Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares no atendimento da criança e do adolescente indígena observar seus usos, costumes, tradição e organização social de cada povo.

Para isso está previsto a criação de programas de capacitação continuada dos Conselheiros, com o objetivo de assegurar o conhecimento da realidade sociocultural indígena e da legislação específica. Afirma ainda que, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, em conjunto com o órgão indigenista federal, comunidades e organizações indígenas, deverão implementar programa contínuo de informação e disseminação dos direitos das crianças e adolescentes.

Estabelece que na adoção e na guarda de crianças e adolescentes indígenas deverão ser consideradas as relações de parentesco e a priorização das outras famílias indígenas.

Serão respeitados os usos e costumes indígenas no que se refere à entrega espontânea de criança ou adolescente entre membros de comunidades indígenas. A entrega espontânea de criança ou adolescente indígena à guarda de família não-indígena dependerá de prévia autorização judicial, ouvidos o órgão indigenista federal e o Ministério Público Federal. E se, autorizada judicialmente a entrega de criança ou adolescente indígena à guarda de família não indígena, o órgão indigenista federal constituirá equipe multidisciplinar para instruir a família não indígena e a família indígena acerca do significado e das consequências legais do ato, bem como acerca da cultura do povo indígena do qual a criança ou o adolescente provém.

Concluindo, nada há de divergente, no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente indígenas, com o que está estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente; quando bem compreendidos e aplicados, a partir das diretrizes, que dizem respeito: a prioridade absoluta ao sujeito de direitos e à condição de pessoas em desenvolvimento. *bc*

MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS É ARTICULADORA INSTITUCIONAL DA INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO – SALESIANO E CONSELHEIRA DO CONANDA – GESTÃO 2015/16.

#SOMOSTODOSALVOS

POR FÁBIO PAES

M

MILHARES DE FAMÍLIAS fazem o êxodo da Síria em busca de algum lugar onde possam viver sem o risco iminente de morrerem pela violência incontrolável em seu país de origem. Isso tudo gera uma situação de forçadas e inesperadas imigrações. A imagem de centenas de crianças mortas, e outras assistidas, de modo comovente, via lentes de emissoras de todo o mundo, pelas suas lágrimas, em colos cansados de seus itinerantes e refugiados pais, mobilizou o Facebook e as mídias.

As fronteiras devem ser braços abertos mediante o princípio da solidariedade, assim dita a ética da sociedade. Mas os desconfortos legais e republicanos, das não tão democráticas nações europeias, que se alimentam de uma perspectiva puramente capitalista, são evidentes.

Viver é uma arte que depende dos lucros e do risco de prejuízos econômicos e capitais, nada mais e nem menos: eis a contradição desta situação. Porém, um outro fato histórico abismou midiaticamente o mundo: “atentado” à vida nas ruas e comércios parisienses. O “Terrorismo” transformou-se em tema de debate desde as escolas aos botecos. Assim, amplamente divulgado, morreram 128 pessoas em atentado cuja autoria foi reivindicada pelo Estado Islâmico. O mundo inteiro chorou? Pode-se dizer que, generalizando, sim!

Mas, em semanas anteriores, morreram mais de 140 pessoas, em um atentado em outro país, não tão glamoroso, iluminado e internacionalmente visitado como Paris. Nem se mencionaram outros casos frequentes, na África, e em países do Oriente, como na Palestina, que sofre bombardeios do Estado de Israel. Entretanto, do lado de cá do hemisfério, casos mais complexos e dantescos são presenciados na “terra brasilis”, um terrorismo armado oficialmente, muitas vezes, pelo próprio Estado. Afirmação abrupta e perigosa?

Tome-se o caso da cidade de Osasco em que policiais chacinaram dezenas de adolescentes e jovens e isto se multiplica semanalmente em outros casos nas periferias das cidades brasileiras, recentemente o Rio de Janeiro, surreal não pela arte, mas pela estatística de absurdos da realidade, foi desvelado nas palavras do cantor Emicida: “5 jovens de pele escura desarmados foram fuzilados pela polícia militar do Rio de Janeiro durante a volta para casa neste fim de semana. Não vai haver comoção nas redes, não vão trocar as fotos de perfil pelas fotos destes jovens e não “seres todos” os jovens negros alvo deste estado genocida. Com excessão de nós, que somos.”

O título sugerido pelo rapper é: “Somos todos Alvos!”, adequado para reflexão deste posicionamento aqui apresentado. Ao lançar os olhares aos territórios indígenas, “descobri-se” o inferno apocalíptico imaginado pelas tantas seitas e igrejas proliferadas naqueles territórios. Neste

ponto, é preciso pensar quanto vale a vida e até em que medida não se é embalado por estatísticas afetivas, castas e seletivas. Por que algumas vidas valem mais do que outras?

Marx e a sensibilidade permitem mapear as posturas desumanas. Sem falar da estatística brasileira que revela mais mortes de adolescentes e jovens do que as mortes da guerra do Afeganistão. Mundo esquisito este em que se vive. Em uma era de tantas mortes e busca por justiça, é preciso tomar cuidado com os sistemas de análise e conclusões, para não gerar mais mortes, muitas vezes étnicas, morais e culturais como já presenciado em toda a história da humanidade. Sobre o cenário político brasileiro, CPIs, corrupções, é urgente que se abram os olhos e se mobilizem propostas de uma reforma política que supere os umbigos partidários e de interesses empresariais e doutrinários que regem um modo peculiar de governar uma nação tão grande, diversificada, desigual, rica, miserável e universal como é o Brasil.

E o que dizer da situação de crianças e adolescentes, via de regra, reificados como objetos de decisões adultocêntricas, preconceituosas e nada saudáveis, para aquilo que os avanços e conhecimentos definiram como humanidade? Começemos a transformar em política pública as reivindicações básicas dos estudantes que ocuparam por direito a escola, em São Paulo, como assunto público e democrático e não como caso de polícia. Governador seja “educado”! *bc*



as CRIANÇAS, OS ADOLESCENTES e OS ODS

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SE UNEM PARA EXIGIR E MONITORAR O GOVERNO BRASILEIRO NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) COM FOCO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

EM OUTUBRO de 2015, a Aldeias Infantis SOS Brasil, ChildFund Brasil, Fundação Abrinq, Plan Internacional e Visão Mundial se reuniram em Brasília para discutir as questões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que pautam a Agenda 2030 e são relacionadas às crianças e adolescentes. Afinal, a partir de janeiro de 2016, o mundo se coloca no rumo para alcançar esses Objetivos até 2030.

O novo acordo global, assumido por 193 países, estabelece 17 objetivos e 169 metas, compromissos amplos e desafiadores que apontam para uma agenda universal

que demandará um maior compromisso de todos os países para alcançá-los. O desafio da cooperação entre os países se renova e pede um compromisso político claro para alcançar maior efetividade, alcançando os grupos mais vulneráveis, nos lugares mais distantes.

Dos 17 objetivos, 10 deles estão relacionados diretamente a crianças e adolescentes.

Para o diretor da Visão Mundial Internacional, Chris Derksen Hiebert, esse público tem um papel chave como agentes de mudança e creditou a eles a infinita capacidade de criação de um mundo melhor. “Crianças e jovens não podem ser reconhecidos apenas como objetos do nosso trabalho, mas sim como agentes de transformação”, afirmou.

Hiebert comemorou também o fato de as questões relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes estejam expressas em diferentes ODS e ressaltou que agora o trabalho é de implementação nos países, por meio dos governos, com a forte participação da sociedade civil. “É bastante urgente que as organizações estejam trabalhando próximas ao governo”, finalizou.

Da mesma forma, mostrou-se importante o indicativo de trabalho coletivo, por parte das organizações da sociedade civil, tal com afirmou a gestora nacional da Aldeias Infantis SOS Brasil, Sandra Greco: “se faz necessário um esforço para consolidação da rede como a grande articuladora da Agenda 2030 no país. É importante que as organizações possam trabalhar juntas para alcançar e garantir a proteção integral de jovens e adolescentes”.

Por isso, a conclui que é necessário alinhar esforços para que a agenda 2030 não deixe de fora aqueles que devem ser a prioridade absoluta no Brasil: os mais de 20 milhões de crianças e adolescentes. “É imprescindível uma sociedade civil atenta e mobilizada para exigir e monitorar o governo brasileiro no cumprimento de seus compromissos com a Agenda 2030, a fim de se alcançar no menor tempo possível os objetivos”, aponta o documento oficial, produto do trabalho das cinco organizações realizadoras do evento.

Conheça quais Objetivos de Desenvolvimento sustentável estão relacionados diretamente a crianças e adolescentes e as metas defendidas pelas organizações Aldeias Infantis SOS Brasil, ChildFund Brasil, Fundação Abrinq, Plan Internacional e Visão Mundial.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



OBJETIVO

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

META

Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as dimensões, de acordo com as definições nacionais

OBJETIVO

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



OBJETIVO

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META

- Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3 SAÚDE E BEM-ESTAR**4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE****OBJETIVO**

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

META

- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
- Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais

vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

- Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes seguros e não violentos, incluídos e eficazes para todos.

OBJETIVO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

META

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação exequível para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

5 IGUALDADE DE GÊNERO**6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO****OBJETIVO**

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

META

- Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

OBJETIVO

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

META

- Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a moderna escravidão e tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES****OBJETIVO**

Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles

META

- Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

OBJETIVO

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

META

- Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES****OBJETIVO**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

META

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares
- Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento



FOTO PEDRO HENRIQUE REZENDE

advocacy na PRÁTICA

ENCONTRO DE ADOLESCENTES - DIÁLOGOS ODS, REALIZADO EM BRASÍLIA, DEBATEU AS QUESTÕES QUE TOCAM CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS SOB A ÓTICA DA AGENDA 2030.

“A PARTICIPAÇÃO JUVENIL se torna algo revolucionário, pois se trata de assuntos contemporâneos que afetam diariamente a juventude em si. E ninguém melhor pra falar da juventude do que os próprios jovens”. Essa foi a conclusão da jovem Clara Cruz, a Clarinha, 18 anos, convidada do programa de Caicó (RN) da Aldeias Infantis SOS Brasil, no Encontro de Adolescentes – Diálogos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizado em Brasília.

Ela formou o grupo de 25 jovens integrantes da sociedade civil que participou do evento, em novembro, debateu sobre os posicionamentos e as questões que tocam crianças e adolescentes sob a ótica da Agenda 2030, promovido pelas organizações Aldeias Infantis SOS Brasil, ChildFund, Fundação Abrinq, Plan Internacional e Visão Mundial.

As reflexões sobre os ODS, incluindo temas importantes como a erradicação da fome, igualdade de classes sociais e empoderamento das mulheres, foram conduzidos pela coordenadora do GT de Desenvolvimento Sustentável, Melinda Victória Carvalho dos Santos, e o voluntário Lucas Barbosa, da Organização Engajamundo.

Ao apresentar as definições de Advocacy e Lobby, Barbosa mos-

trou aos jovens participantes como é possível iniciar um diálogo com as autoridades de seus estados e municípios e afirmou que acredita no papel decisivo dessa geração para mudar o mundo.

Melinda, por sua vez, diz ter ficado muito surpresa com a participação dos adolescentes, que trouxeram pontos de vista relacionados à realidade em que vivem. Segundo ela, a participação das meninas no encontro foi marcante, inclusive na escolha do tema do documento final, produzido pelo grupo, que trata da mortalidade da mulher e da gravidez na adolescência. “

É bom saber que os ODS estão mudando a vida nessas comunidades e que estamos juntos trabalhando para que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável possam ser alcançados”, afirmou.

No encerramento do encontro, os jovens apresentaram um documento de posicionamento sobre a mortalidade materna e os riscos da gravidez na adolescência, que foi entregue aos participantes do seminário Diálogos ODS: crianças e adolescentes na Agenda 2030, realizado no dia seguinte, 17 de novembro.

Sobre o que leva para casa, Clara Cruz é enfática: “sempre se leva conhecimentos e formas melhores para tomar atitudes, para que possamos defender opiniões formadas diante os assuntos expostos e discutidos”.

Conheça o documento:

POSICIONAMENTO DA JUVENTUDE

Nós, jovens brasileiros representantes da sociedade civil, representando as organizações Aldeias Infantis, Fundação Abrinq, Plan Internacional e Visão Mundial, trazemos um posicionamento sobre a redução do índice de mortalidade materna de adolescentes.

A questão da mortalidade materna está além do atendimento básico (o atendimento com o ginecologista). É necessário um atendimento multiprofissional de qualidade no SUS, desde agentes de saúde e enfermeiros, até médicos, ginecologistas, nutricionistas, psicólogos e outros, de maneira que supram as especificidades das pacientes.

É importante que haja ampliação da divulgação de campanhas relacionados a gravidez na adolescência e saúde da mulher, onde existam grandes concentrações de adolescentes como em universidades, escolas e comunidades em geral, além da divulgação nas mídias sociais. *bc*

Família, LUGAR IDEAL DE acolhimento e CUIDADO

POR CLAUDIA VIDIGAL



SABE-SE que a primeira infância é etapa fundamental e que marcas deixadas neste período podem ter consequências importantes no desenvolvimento infantil, bem como por toda a vida adulta. É claro, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a sociedade em geral, que o vínculo mãe-bebê é de extrema importância nesta etapa. Assim, pensemos juntos sobre um bebê que é separado de sua mãe logo ao nascer ou em seus primeiros meses. Este pequeno sujeito corre alto risco de ter seu desenvolvimento comprometido e exige cuidados ainda mais atentos e afetivos, certo? Seria isso possível em um ambiente institucional?

Estima-se que cerca de 10 mil crianças menores do que 5 anos estejam hoje acolhidas no Brasil. Educadores ainda pouco preparados, precisam lançar mão de todo seu arcabouço pessoal e familiar para acolher esse pequeno ser da melhor forma possível. A falta de continuidade na presença de um mesmo educador é uma realidade no ambiente institucional, apesar dos esforços das equipes em busca da qualidade. Um bebê exige paciência ao seu tempo singular e respeito às suas demandas, ainda mais permeado pelo sofrimento da separação.

Há mais de 70 anos, os primeiros estudos trouxeram dados sobre os atrasos no desenvolvimento de crianças separadas de suas famílias e acolhidas em diversas instituições por todo o mundo; abrigos grandes e de pouca qualidade, é verdade. Os números eram estarrecedores: as crianças que cresciam em instituições, não só eram menos desenvolvidas cognitivamente, como tinham dificuldades importantes de relacionamento e, mais terrível, seu índice de mortalidade era muito maior quando comparado ao grupo de crianças em suas famílias. Amparada por esses dados, a ONU, na Convenção dos Direitos das Crianças (1989), garantiu junto aos países signatários o direito de cada criança a crescer em ambiente familiar, com cuidados individualizados.

Mais de 25 anos se passaram, com o Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor, e ainda temos cerca de 35 mil crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, com aproximadamente 95% em instituições. Apesar de termos abrigos de excelente qualidade, precisamos de novas alternativas de cuidado. Os programas de famílias acolhedoras,

por exemplo, prioritários pelo ECA, são muito poucos. Ainda mais se comparamos com países europeus, Estados Unidos e Canadá, onde tais programas compõem a maior parte da política pública de proteção.

O processo de desinstitucionalização passa por diversas estratégias, dentre elas programas de prevenção, oferecendo aos pais atenção integral, suporte real e a possibilidade de permanecerem com seus filhos. Quando acolhemos, caímos no paradoxo de protegermos a criança da violência e negligência praticada pela família, ao mesmo tempo em que negamos o seu direito fundamental à convivência familiar e comunitária. O caminho é a manutenção das crianças em seus núcleos familiares, fortalecendo-os para que ajudem seus filhos a se desenvolverem plenamente.

Há quatro anos, na Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, promovida pelo Senado desde 2008, tive o privilégio de conhecer o programa Chile Crece Contigo. Nossos colegas apresentaram estratégias bem sucedidas de suporte à família de forma inspiradora e generosa, pareciam desesperados para que fizéssemos o mesmo; o site, com ferramentas para as famílias,

todo o material com suporte de especialistas. Investimento na formação dos membros da família como melhor e maior estratégia para o crescimento de um país. Lembro-me da chilena falando em ritmo suave: Fale com o bebê, cante para ele as cantigas que sua mãe cantava para você, olhe para ele nos seus olhos, sorria. Não é tão difícil assim fazer uma criança brilhar e um país todo crescer.

Ocorre que por vezes a família falha e a separação é necessária. O momento da separação é de um sofrimento gigantesco para pais e filhos. Por isso o acolhimento deve ser excepcional e provisório. Mas quando ocorre, é preciso oferecer o melhor cuidado para aquele que, sem qualquer responsabilidade, é quem mais sofre: a criança e, em especial, a criança pequena.

Segundo o professor de Harvard Charles Nelson, conhecido pelo robusto trabalho sobre os danos consequentes da institucionalização, há quantidade relevante de trabalhos embasando o movimento pela não institucionalização, especialmente de

bebês. Para o Professor, com quem tive a honra de debater sobre o futuro do acolhimento no Brasil, a esperança reside na possibilidade de atendimentos individualizados, sobretudo em núcleos familiares, já que há fortes evidências científicas quanto à eficácia dessas estratégias para o bem cuidar das crianças pequenas.

Um movimento liderado pela Unicef em toda América Latina tem a meta de não termos nenhuma criança abaixo de 3 anos sendo encaminhada para instituições. O Instituto Fazendo História, ONG que oferece estratégias e formação para os serviços de acolhimento, participa desta campanha e acaba de aprovar um projeto para iniciar o atendimento em famílias acolhedoras na cidade de São Paulo. Seja nas famílias de origem, nas adotivas, ou em qualquer que seja o modelo de acolhimento, fiquemos com a lembrança de que olhar para o bebê, falar com

ele e nomear o mundo para ele não é só necessário, mas fundamental. É isso o que faz o Palavra de Bebê, programa da ONG dedicado a melhor acolher a primeira infância.

Assistindo TV aqui na Califórnia, onde resido atualmente, em horário nobre, a propaganda dizia: Converse com o seu bebê, olhe nos seus olhos. Leia, cante as cantigas de sua infância. Será que os americanos também escutaram a chilena? Parece que a sabedoria popular une-se mais do que nunca aos dados científicos e aos líderes de governo. Estamos todos certos de que investir na primeira infância é prioridade. Que bom que o Senado no Brasil está junto neste movimento, favorecendo essa experiência fantástica que é a Semana de Valorização da Primeira Infância, realizada em Brasília em sua 8ª edição em outubro último, da qual o Fazendo História participou. O evento inspirou e segue inspirando educadores e gestores públicos de todo país. *bc*

CLAUDIA VIDIGAL, PSICÓLOGA, É PRESIDENTE DO INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA
WWW.FAZENDOHISTORIA.ORG.BR

aula de POLÍTICA

AO OCUPAR ESCOLAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO, ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ENSINAM GOVERNO A DIALOGAR, POLÍTICA À SOCIEDADE E MOSTRAM QUE UM NOVO CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO É POSSÍVEL.

NO DIA 4 de dezembro, constrangido, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciava o inevitável: suspendeu a reorganização escolar implantada que, além de fechar 92 unidades, afetaria a vida de 300 mil alunos. O revés político veio pelo movimento de estudantes que ocupou 200 escolas e se manifestou nas ruas em protesto contra decreto do governador.

Os jovens organizados exigiam diálogo, enquanto Alckmin autorizava a Polícia Militar a jogar bombas de gás e a bater em estudantes, seja nas ruas, seja nas ações para desocupação das escolas. Posição oficial constatada pelo vazamento

de um áudio, publicado pelo coletivo Jornalistas Livres, em que o chefe de gabinete da secretaria da Educação, Fernando Padula, afirmava a dirigentes de ensino que o Governo estava pronto para a “guerra” com os estudantes contrários ao decreto.

O roteiro de violência que a decisão causou deu ainda mais força ao movimento, que ganhou apoio de movimentos sociais, comunidades, grupos de professores, enfim, de toda a sociedade, que via imagens de truculência contra adolescentes. Resultado: Alckmin teve queda recorde de sua popularidade medida pelo

Datafolha e, pressionado, no mesmo dia anunciou a suspensão do projeto.

“Foram reprimidos violentamente por isso. Muitos apanharam, dezenas foram detidos, centenas sofreram as consequências das bombas de gás. Mas resistiram. E venceram. E, como o que venceu foi a política contra o autoritarismo da verdade única e da força bruta da PM, vencemos todos”, definiu a escritora, repórter e documentarista, Eliane Brum, na coluna “É política sim, Geraldo”, no jornal espanhol El País (7/12).

Para os estudantes, porém, o movimento de Alckmin foi insuficiente. O coletivo de estudantes que representa as ocupações anunciou, na

época, que a mobilização continuaria. Eles diziam que não aceitaram apenas o adiamento: ambicionavam o cancelamento da reorganização escolar. A maneira como estava sendo conduzida esta reorganização, ausente de diálogo, de maneira vertical e às pressas, é uma razão para essa falta de confiança dos estudantes em relação ao Governo.

Além disso, pedem que os policiais que reprimiram os atos sejam punidos, salas menos lotadas, maior salário e contratação de professores, melhor infraestrutura nas escolas e participação democrática da comunidade nas decisões escolares. Questões que mostram que, mesmo

sem o decreto, os jovens têm muitas razões para protestar.

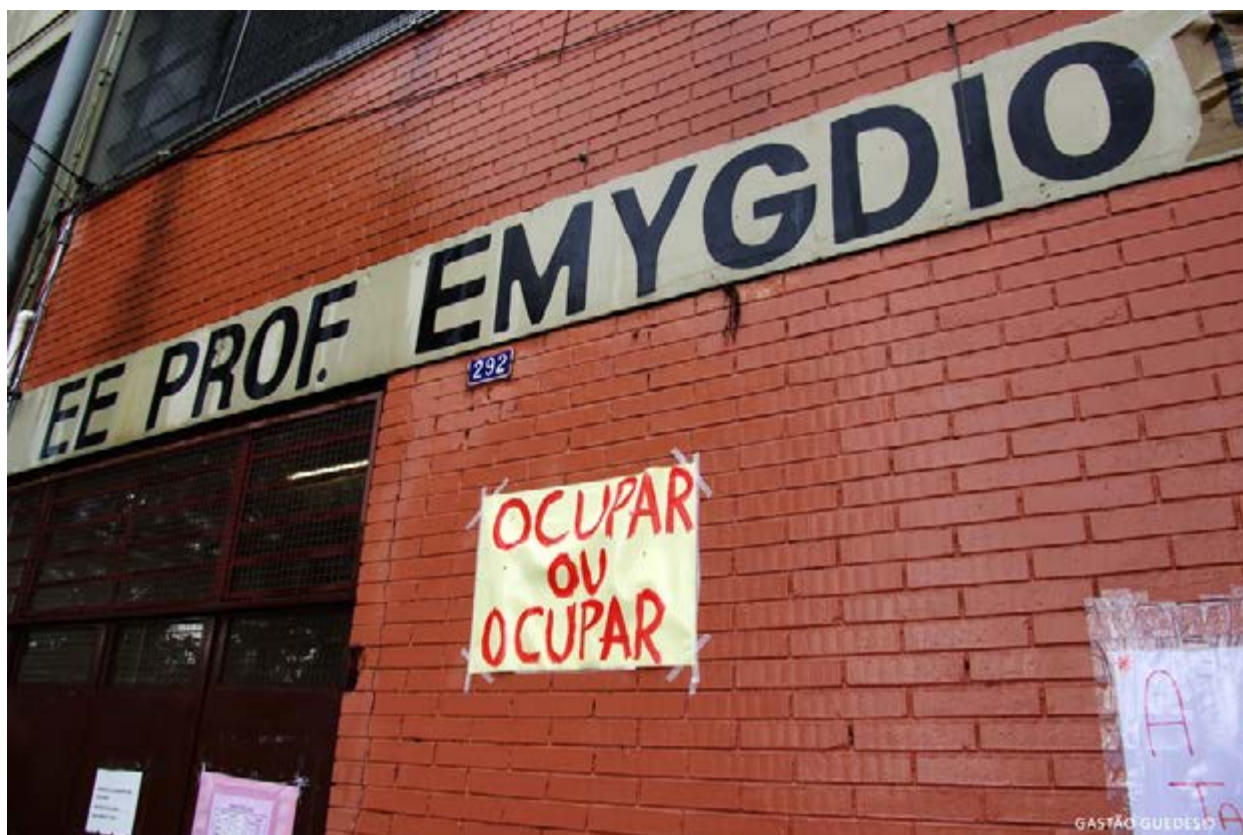
Mas as ocupações nas escolas não apontaram apenas para um meio de protesto, como as ocupações de reitorias, tão comuns em manifestações universitárias. Os estudantes se responsabilizaram por elas — consertando, limpando e cuidando — e criaram espaços vivos de aprendizado dentro das ocupações.

NOVA ESCOLA

Os estudantes colocaram em xeque a visão de uma escola onde um diretor manda e professores

obedecem. Querem um aprender compartilhado, horizontal e solidário, que ampliem a participação do estudante, comunidade, pais, movimentos sociais e do próprio Estado no ato de educar. E não faltaram exemplos disse durante as ocupações.

Como na Escola Estadual Maria José, no bairro da Bela Vista, zona central de São Paulo, que estudantes, além de estudar por meio de grupos de trabalho, também tinham aula de yoga, oficina e chegaram a pintar o edifício. Aliás, foi durante esse período que os estudantes



fizeram diversas descobertas — entre elas, a biblioteca, um espaço que vivia trancado.

Em outro ponto da cidade, a EE Antonio Manoel também realizou com frequência atividades culturais e educativas. Além de saraus, os “ocupantes” também promoveram um debate sobre a formação da escola pública no capitalismo, exibiram filmes e criaram uma horta no local.

Na EE Presidente Salvador Allende Gossens, na Zona Leste paulistana, além de organizarem as atividades cotidianas da ocupação, os jovens decidiram resolver problemas antigos da escola que eram ignorados pela direção. Os

escola recebeu diariamente voluntários que deram aulas sobre feminismo, teatro, comunicação não-violenta, drogas, música, entre outros temas que estão à margem do currículo padrão. E os estudantes veem os benefícios: “Recebemos um conhecimento muito sistemático. Seguimos um currículo imposto e não temos espaço para debates, nem manifestações culturais”, disse Amanda Araújo, 16, ao portal UOL.

A diretora da Fundação SM, Pilar Lacerda, que esteve no Ministério da Educação, entre 2007 e 2012, como Secretária Nacional de Educação Básica, é enfática sobre as ocupações: “Eu acho que a gente devia manter essas escolas ocupadas, falar pra eles: assumam. É

“EU ACHO QUE A GENTE DEVIA MANTER ESSAS ESCOLAS OCUPADAS, FALAR PRA ELES: ASSUMAM!”

canos quebrados foram consertados, a grama que crescia junto com o lixo acumulado ao lado da escola foi carpida e abrigará uma horta. A pintura da escola precisava ser refeita e os estudantes decidiram pintar muros e grafitar paredes. Em suma, transformaram o espaço deles naquilo que eles mesmos queriam.

Além da manutenção da escola, os estudantes também organizaram sessões de cinema, saraus, oficina de teatros e de rap, com a ajuda de pessoas que se voluntariaram para fazer atividades na escola. Enfim, da população que apoia a causa.

Essa “ajuda” também foi muito bem-vinda na EE Virgília Rodrigues Alves de Carvalho Pinto, no Jardim Previdência, na capital. A

bom, eu quero ver como vai ser o currículo, vou te dar apoio e estrutura para você desenvolver essa escola. Isso seria muito bom. Só precisávamos ter um gestor público com essa sensibilidade” argumentou em entrevista ao repórter Pedro Ribeiro Nogueira, do portal Aprendiz.

No dia 04 de janeiro, durante a desocupação da última escola reivindicada por estudantes, a E.E. Fernão Dias Paes, na Zona Oeste de São Paulo, as palavras eram de ordem. “Três conquistas: o governador ter recuado publicamente, MP [Ministério Público] ter conseguido uma liminar proibindo o processo de reorganização e diálogo com a diretoria de ensino por gestão participativa. Estamos deixando a escola, mas não a luta”, disse Heudes Cássio da Silva Oliveira, de 18 anos, porta-voz da ocupação. *bc*



MERITOCRACIA BUDISTA

POR RODRIGO ALVAREZ



O MÊS de novembro de 2015 foi marcado por duas grandes tragédias – uma em caráter internacional (o ataque terrorista do Estado Islâmico na França) e outra em âmbito nacional (o rompimento de barragens da mineradora Samarco, levando a um dos piores desastres ambientais da história).

Nesse momento de perdas irreparáveis – das vidas, da segurança de andar em paz nas ruas, das memórias, do meio ambiente, dos rios, nos damos conta da fragilidade da situação que vivemos, e paramos para pensar no que realmente importa aqui e agora.

Nossa busca incansável por desenvolvimento tem que finalidade, afinal? Nos desenvolvemos para ter mais qualidade de vida e recursos suficientes para vivermos mais e sermos felizes, certo? Pois parece que o plano não está funcionando. Acabamos por nos esquecer dos fins e nos concentramos nos meios, supervalorizando aquilo que chamamos de desenvolvimento.

É certo que a palavra desenvolvimento ganhou um sobrenome na última década: sustentável. Este sobrenome tão simples nos leva, nesse momento de tanta fragilidade, a fazermos escolhas. No caso da Samarco, ficou claro qual a escolha feita – pelo desenvolvimento, não pelo sustentável. Pelo lucro, não pelo cuidado. Pelo risco, não pela cautela. Pelo hoje, não pelo amanhã.

Mérito, segundo o budismo, é cuidar das pessoas e do planeta. Para os budistas, é merecedor de mérito aquele que cuida. Acho essa reflexão budista muito contemporânea e muito necessária para esse momento de encruzilhada que os seres humanos vivem. Será que não é chegada a hora de substituímos o verbo desenvolver pelo verbo cuidar? Cuidar das pessoas e do planeta – existe algo mais fundamental do que isso? E se utilizássemos o conceito de meritocracia justamente para avaliar a capacidade das pessoas de cuidar?

Logo mais, acaba esse novembro negro e chega dezembro. Justamente no dia 1o. de dezembro celebramos o Dia de Doar que, numa interpretação livre, é uma espécie de Dia de Cuidar. Como diz Mario Sergio Cortella: “uma vida de fartura não é aquela que a gente tem em excesso. Fartura, abundância, é quando se tem o suficiente, sem carência. Uma vida simples é aquela em que há suficiente para mim e para outros.”

No futuro, quando soubermos valorizar o cuidar antes do desenvolver, o ato de doar será considerado um dos atos de maior valor na nossa experiência humana *bc*

RODRIGO ALVAREZ É SÓCIO DIRETOR DA MOBILIZA. ADMINISTRADOR COM PÓS-GRADUAÇÃO EM FUNDRAISING PELA INDIANA FUNDRAISING SCHOOL, ATUA NO SETOR SEM FINS LUCRATIVOS HÁ 20 ANOS, COMO PROFISSIONAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTOR DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ALÉM DE SER UM DOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPTADORES DE RECURSOS. ATUALMENTE, É MEMBRO DO COMITÊ CONSULTIVO DO THINK TANK ROGARE, CENTRO DE ESTUDOS SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FILANTROPIA SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE DE PLYMOUTH, NO REINO UNIDO.

acontece...



Rede não Bata, eduque!

www.naobataeduque.org.br

CONCURSO CULTURAL

EM 17 AGOSTO de 2015, lançamos o Concurso Cultural Não Bata, Eduque 2015, voltado para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 29 anos de todo o Brasil sobre o tema “Bater e humilhar não é legal. Como posso mudar isso?”. O objetivo é discutir a banalização e aceitação do uso dos castigos físicos e humilhantes, estimulando a reflexão a partir do olhar de crianças e jovens e parte das estratégias de mobilização da Rede Não Bata, Eduque.

Recebemos mais de 150 trabalhos de 13 Estados e do Distrito Federal, e em 11 de novembro, no Memorial Municipal Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, realizamos a cerimônia de premiação e lançamos a exposição “Toda cada tem que ter carinho”, com uma pequena mostra dos trabalhos apresentados no concurso.

A exposição será itinerante e percorrerá as Bibliotecas Municipais do Rio de Janeiro com uma agenda que vai até abril de 2016.



Rede Nacional Primeira Infância

www.primeirainfancia.org.br

CULTURA E EDUCAÇÃO INFANTIL

DEPOIS DE DOIS DIAS de debates, encontros afetuosos, apresentações qualificadas, e a entrada do Ministério da Cultura (MinC) na Rede Nacional Primeira Infância, o I Encontro Nacional Cultura e Primeira Infância – uma realização da RNPI, através do GT Cultura, e do MinC – deu origem a mais um belo fruto. Trata-se da “Carta de Brasília”, que relata o início desse diálogo entre Cultura e Educação Infantil, e traz recomendações para a formulação e implementação de políticas culturais para a Primeira Infância.

A carta foi elaborada por um comitê composto por integrantes do GT Cultura da Rede Nacional Primeira Infância e outros participantes que estiveram no evento, que aconteceu em Brasília, e foi enviada ao MinC. Assinam o documento artistas, especialistas de universidades e militantes na defesa dos direitos das crianças. O GT de Cultura da Rede Nacional Primeira Infância é integrado pelas seguintes organizações: La Casa Incierta, Instituto Alana, Aliança pela Infância, IPA Brasil e CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular.



Rede FICE BRASIL

DESAFIOS PARA 2016

O TRABALHO voltado para melhorar a vida das crianças no Brasil, apresenta agora o desafio de construir parcerias convergentes com a missão internacional da FICE e oferecer a contribuição das organizações brasileiras que se filiarão a FICE-BRASIL com seu conhecimento e experiência para que os direitos das crianças sejam sempre respeitados e protegidos.

O tema central da mobilização do FICE BRASIL no próximo ano é a Campanha Cuida Bem de Mim – uma campanha em parceria com outras organizações sociais. O III Seminário Internacional Qualidade dos serviços de Acolhimento

realizado pelo Neca nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2015 repercutiu esta Campanha e discutiu os 8 princípios do Bem Cuidar em Oficinas temáticas.

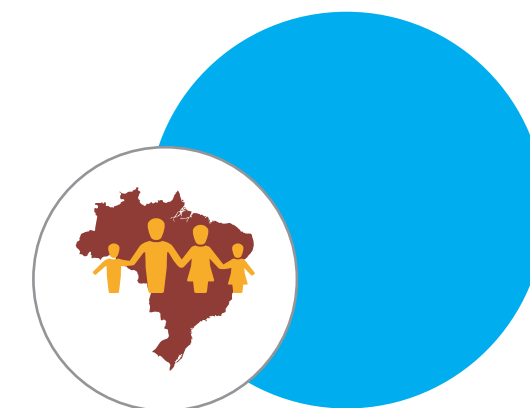
Em janeiro de 2016, FICE BRASIL lançará um site de notícias nacionais e internacionais, artigos e debates sobre a qualidade dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. Além do livreto que serviu de base para estas oficinas do Seminário.

Movimento Nacional CFC

www.movimentonacionalcfc.org.br

GOVERNANÇA

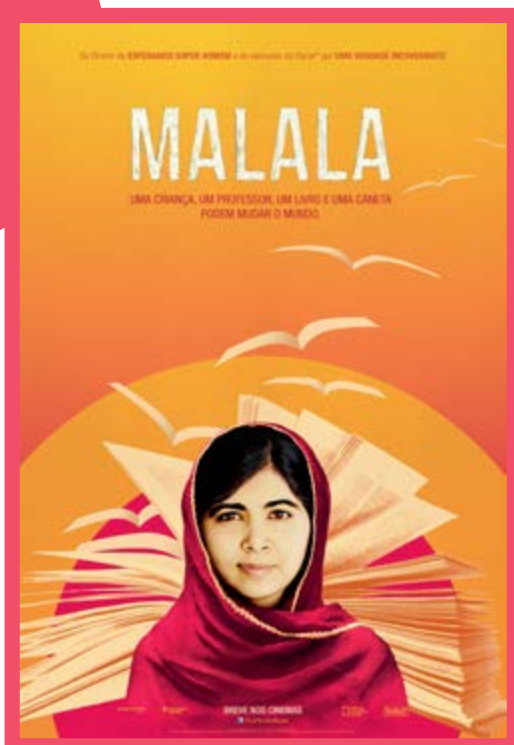
EM ABRIL DE 2016, o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (Movimento Nacional pró CFC), constituído por Organizações da Sociedade Civil (OSC) de todo o Brasil, atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária, realizará sua segunda Assembleia Geral com o apoio da rede internacional Family for Every Child (FFEC). O evento, a ser realizado em Minas Gerais (BH), será organizado pela Associação Brasileira Terra dos Homens, atual secretaria executiva da rede, em parceria com as Obras Educativas Padre Giussani.



A Assembléia terá como objetivo prosseguir na organização da governança do Movimento. Durante o encontro, serão aprovados o Manual de Governança, atualmente em consulta, e o Planejamento Estratégico da rede para os próximos anos.

A AG será precedida pelo II Ciclo de Debates Latino-Americano sobre o Trabalho Social com Famílias de Crianças e Adolescentes. Espera-se um público de, aproximadamente, 600 pessoas incluindo alguns membros da rede internacional FFEC.

Bem Cuidar **Recomenda**



CINEMA **malala**

A PAQUISTANESA Malala Yousafzai levou um tiro na cabeça de radicais do Talibã, que dominavam o Vale do Swat, onde vivia, aos 15 anos. O tiro, que não a matou, tinha o objetivo de calar uma adolescente disposta a manifestar-se sobre o direito à educação de meninas. Deu-se o contrário.

Sobreviveu e, hoje na Inglaterra, foi alçada à condição de heroína pela equidade de gênero e, sobretudo, pelo ensino transformador de vidas, tornando-se capa e conteúdo de um frenesi midiático. Não é apenas por ser vítima das circunstâncias que alguém recebe o Prêmio Nobel da Paz, como Malala, em 2014, aos 16 anos.

Mas não é apenas esta história que o cineasta Davis Guggenheim (de Uma Verdade Inconveniente) retrata em Malala. Mostra como ser criada em um ambiente que estimula o conhecimento, incentivada por seu pai, um ativista dos direitos humanos, a transformou em um ídolo de que o mundo precisa neste momento.

INTERNET **paizinho, vírgula**

CANAL DO YOUTUBE sobre criação com apego, disciplina positiva e parentalidade consciente, criado por Thiago Queiroz, um dos destaques do especial sobre Paternidade desta edição da Revista Bem Cuidar. Bem-humorado, ele trata de forma irreverente assuntos que deixam pais intrigados, como “tretas na pracinha”, ou mesmo dá dicas sobre como lidar com as birras das crianças e o “Cantinho do Pensamento”.



LIVRO **O PAPEL DO PAI**

ADULTOS mais estáveis emocionalmente, com maior autoestima e tendem a ter melhor sucesso acadêmico. Esse é o resultado quando crianças contam com a interação contínua dos pais, defendido pelo escritor e jornalista Paul Raeburn em seu livro “O Novo Papel Do Pai: A Ciência Desvenda o Impacto da Paternidade no Desenvolvimento dos Filhos”, da Editora Nova Fronteira.



MÚSICA **movimento**

DEPOIS DE 11 ANOS trabalhando a importância da livre expressão da criança através das artes no processo educativo em escolas, o projeto Música em Família lança a iniciativa Movimento, com o apoio do Instituto Alana. O livro-CD fala sobre a importância da voz da criança, com inspiração artística na Tropicália e tem uma versão exclusiva para escolas e outra para o público em geral. É a força e relevância da música para estimular a interação entre pais e filhos! Para saber mais: www.musicaemfamilia.com.br

ASSOMBRA

POR JANE CIAMBELLI

Eu já sou grande, mas tenho medo de fantasma, sabe como é? Não, não desses que ficam batendo porta ou chacoalhando lustre em filme de terror. Só na hora. Depois eu esqueço e nem preciso dormir de luz acesa, nem nada disso. Eu já sou grande, né? O que quase me mata de susto é um fantasma que você sabe que está lá, mas não consegue ver, nem pegar ou fotografar. E como eu sei que ele existe? Quando estou escovando os dentes ou penteando o cabelo e olho no espelho, vejo sempre alguma coisa. Não é sombra, nem vulto, mas sei que está lá.

Minha mãe e minha vó também enxergam ele aqui em casa. Não falam nada, mas vejo na cara delas a mesma coisa que eu sinto quando olho no espelho. Nessas horas elas ficam olhando pra mim de um jeito diferente. Outro dia, sem perceber que eu estava escutando, minha mãe falou para minha vó:

- “Quando eu olho pra esse menino é a mesma coisa que ver ele, cruz-credo.”

Foi bem assim, com cruz-credo e tudo. Lógico que era do fantasma que ela tava falando. Eu fiquei triste e quase fui chorar lá fora, mas desisti porque já sou grande. Minha mãe sempre diz que tenho olho verde e que sou o guri mais bonito do mundo, por que então ela acha que sou parecido com um fantasma?

Outro dia eu perguntei porque eu não tinha pai e ela respondeu:

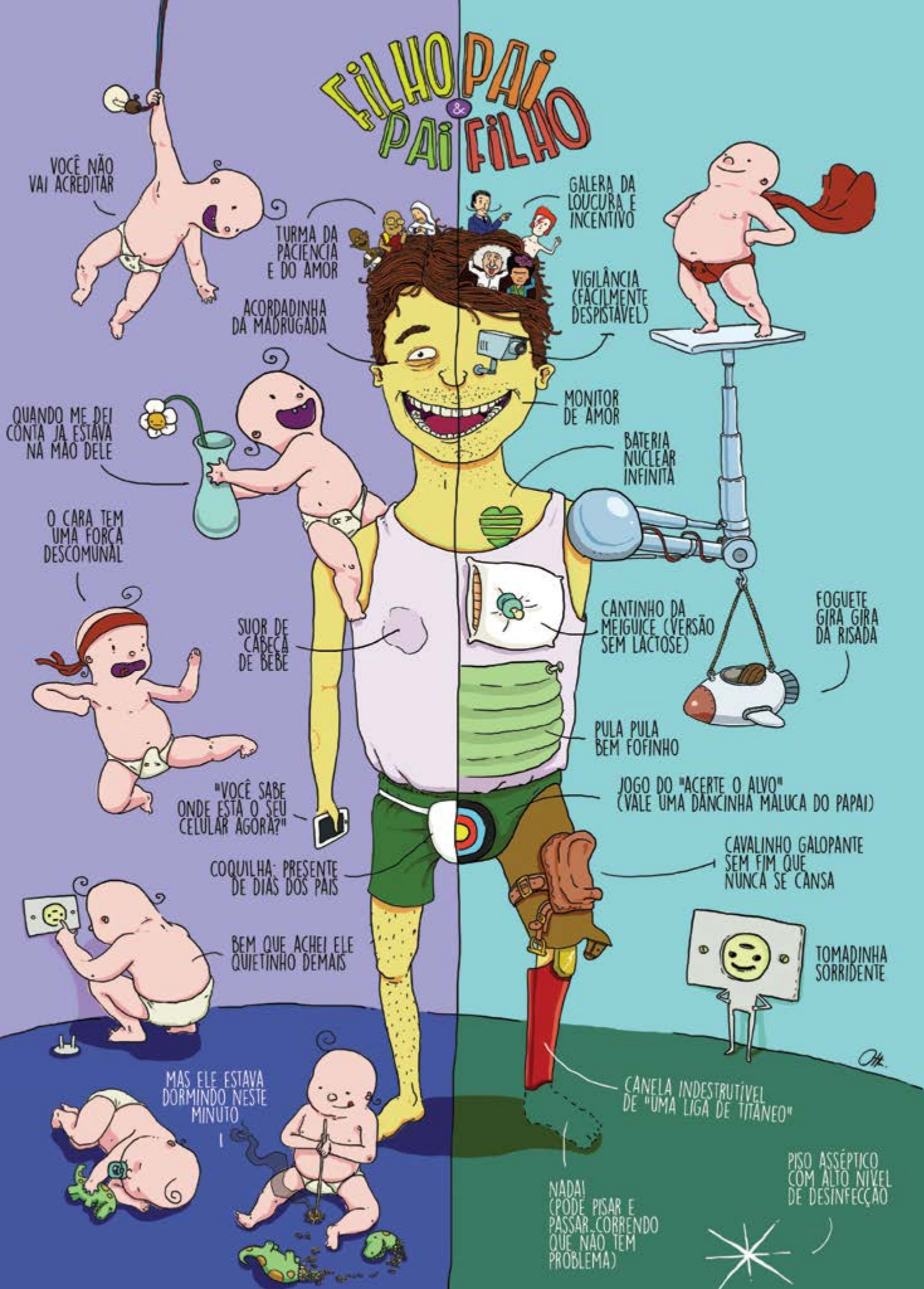
- “Cruz-credo, menino, todo mundo tem pai que ninguém é filho de chocadeira, né? Mas o seu ó, quando soube que você ia nascer, sumiu, desapareceu o safado.”

- “Mas então ele existe? E onde é que ele está?”

- “Sei lá, menino, por aí nesse mundão. E pára com essas conversas. Você tem eu e tua vó. E já tá muito bom pra te criar.”

Eu bem que gostaria que ele aparecesse de uma vez aqui em casa. Mesmo que entrasse voando, chacoalhando os copos e a cortina, no meio de uma nuvem de fumaça. E tomasse um café que a mãe ia trazer, me entregasse uma bola de capotão, passasse a mão na minha cabeça e me chamasse: meu filho. Eu bem bobo ia lá sentar perto dele, para ver que o nosso olho verde é igual e o cabelo também, e nem precisava chamarele de pai. Juro pra vocês que nunca mais ia ter medo de fantasma.

CONTO INÉDITO, PRODUZIDO ESPECIALMENTE PARA A REVISTA BEM-CUIDAR



REALIZAÇÃO



ALDEIAS
INFANTIS SOS
BRASIL

APOIO

